

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE ABRIL DE 1999

NÚMERO 4.620

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO DE LEIS**
Onofre Santo Agostini – Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Francisco de Assis Nunes

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
João Rosa – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Volnei Morastoni

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**
Gelson Sorgato – Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR**
Ronaldo Benedet – Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narcizo Parisotto
Odete do Nascimento
Neodi Saretta

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL E TURISMO**
Ciro Rosa – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Altair Guidi
Jaime Duarte
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Joares Ponticelli – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
Jaime Duarte
Manoel Mota
Milton Sander

SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Volnei Morastoni – Presidente
Sandro Tarzan – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joarez Ponticelli

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE
SERVIÇO PÚBLICO**
Reno Caramori – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**
Jaime Mantelli – Presidente
Valmir Comin – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Narciso Parizotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1014**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 030ª Sessão Ordinária
realizada em 19/04/1999..... 2
Ata da 031ª Sessão Ordinária
realizada em 20/04/1999..... 14

Publicações Diversas

Decreto Legislativo..... 14
Extratos..... 15
Projetos de Lei..... 15
Projeto de Lei Complementar.....
..... 16

PLENÁRIO

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 19 DE ABRIL DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO PEDRO UCZAI

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº: 047, encaminhando projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano 2000, acompanhado da exposição de motivos do Sr. Secretário da Fazenda.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO:

- de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini e outros, aos §§ 2º e 3º do art. 61 da Constituição do Estado que passam a vigorar com nova redação.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores, Amigos, Migrantes e Comunitária do Loteamento Benito Humberto Zanatta II, de Joinville; de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Filhos da Terra, no Município de Palhoça;

OFÍCIOS NºS:

048/99, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em sessão plenária realizada em 26 de outubro de 1995 proferiu, nos Autos do processo de Ação Ordinária nº 290 do Estado de Santa Catarina, a decisão pela inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747/86;

572/99, do Sr. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, relativo a convocação do Deputado Jaime Mantelli, dirigida àquele Secretário;

091, 092, 093, 094, 095 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102 e 103/99, todos do Sr. Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando respostas referentes, respectivamente ao ofício de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten; a proposição de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti; a Indicação nº 007, de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché; a Indicação nº 008, de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten; ao Requerimento nº 031, de autoria do Sr. Deputado Valmir Comin; a Indicação nº 040, de autoria do Sr. Deputado Heitor Sché; a Indicação nº 053, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira; a Indicação nº 061, de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten; a Indicação nº 068, de autoria do Sr. Deputado Sandro Tarzan; a Indicação nº 070, de autoria do Sr. Deputado Ivo Konnel; a Indicação nº 076, de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato; a Indicação nº 081, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira e a Indicação nº 079, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Como hoje, por deliberação da Mesa, teremos a Tribuna Livre, está inscrito para falar inicialmente o Prefeito Municipal de Nova Trento, Saul José Rover.

Também gostaria de convidar para compor a mesa a Irmã Teresinha Maria

Pamplona e o Padre Jerônimo Ob, que em seguida farão uso da palavra, como preceitua o art. 86, inciso III, do Regimento Interno, no que diz respeito à Tribuna Livre deste dia.

Também convidamos a Irmã Lígia da Imaculada Conceição e a Irmã Herci Júlia Reis para que possam se fazer presentes no Plenário da Assembléia a fim de prestigiar a Tribuna Livre.

Com a palavra o Prefeito Municipal de Nova Trento, Saul José Rover, por dez minutos.

O SR. SAUL JOSÉ ROVER (Prefeito Municipal de Nova Trento) - Quero cumprimentar o Presidente da mesa, Deputado Pedro Uczai, os demais Deputados presentes e dizer que estamos aqui com o objetivo de fazer o lançamento do projeto turístico-religioso de Nova Trento e a divulgação do nosso Município quanto à nossa cultura, à nossa tradição, ao nosso folclore, porque somos o pólo turístico definido como peregrinação da fé.

Sr. Presidente, justificamos o nosso pedido porque já fizemos o inventário do produto turístico de Nova Trento, já fizemos o plano de desenvolvimento turístico e estamos fazendo o nosso plano diretor. E de posse desses documentos, podemos dizer que estamos preparados para iniciar a nossa caminhada rumo ao desenvolvimento, fundamentados na política do turismo.

A Embratur e a Santur são nossas parceiras de frente, e estamos engajados no PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Nós, por decisão desta Casa, em 1997 fomos considerados a Segunda Estância Turística Religiosa do Brasil, suplantados somente pela Primeira Instância do Santuário Nossa Senhora Aparecida.

Também temos definido junto à Embratur o primeiro circuito turístico-religioso do Sul do Brasil, denominado Caminhos da Fé, do qual fazemos parte Nova Trento, com dois santuários, Angelina, com um santuário, e Azambuja, com outro santuário.

Também queremos dizer que lá, além do turismo religioso, desenvolve-se o turismo rural e ecológico dentro das prioridades, tendo o turismo como uma das principais fontes de emprego e de renda.

Queremos dizer a todos que Nova Trento é diferente dos demais Municípios e define-se como sendo um Município de potencial turístico com o seu caráter diferenciado. Somos diferentes, porque o nosso turismo não é o turismo da neve, não é o turismo de praia, de verão, mas é o turismo das quatro estações, onde, faça chuva ou sol, seja inverno ou verão, os turistas precisam de fé, de tranquilidade, de repouso.

No Município de Nova Trento temos, além das facilidades que nos propõe a natureza, os acontecimentos, as dificuldades. Nós costumamos dizer que não se faz turismo sem termos saneamento básico, sem termos infra-estrutura.

Então, podemos garantir a V.Exas. que não temos infra-estrutura suficiente para atender à demanda turística de Nova Trento.

Hoje a população de Nova Trento é de 10.500 habitantes; a população e os nossos turistas mensalmente somam 12 a 15 mil.

Por isso, fomos forçados pelos turistas a tomar algumas medidas isoladas, decisões isoladas, a curto prazo, para atender às necessidades do turismo. Mas essas medidas até nos fazem inviabilizar um projeto maior, que é o projeto do desenvolvimento sustentável de Nova Trento.

Então, dizemos que é preciso que se planeje para que não sejamos atropelados por esses turistas que aí vêm. É preciso que se faça infra-estrutura para que o turista vá a Nova Trento, retorne e seja um bom divulgador.

Nós temos uma política municipal definida para o turismo. Estamos aguardando dos Deputados e do Governo do Estado a definição de uma política estadual voltada para o turismo, porque temos certeza de que não se faz turismo isoladamente mas, sim, em parcerias com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Então, é preciso que se integrem os três Poderes, nas três esferas, para que priorizemos as ações emergenciais para o turismo.

Gostaria de dizer que precisamos do apoio, Srs. Deputados, para que esta Casa viabilize os projetos turísticos, tanto municipais quanto regionais. Faz-se necessário a participação de V.Exas., e até estamos aguardando que algum Deputado assuma essa bandeira e defenda o turismo religioso e os demais turismos em Santa Catarina, principalmente o turismo religioso em Nova Trento, fazendo com que esse turismo seja dotado de uma legislação, com normas adequadas voltadas para o desenvolvimento sustentável, sem degradar e sem destruir os nossos recursos naturais.

Só assim estaremos atendendo às necessidades não só dos nossos turistas como também de nós mesmos, tendo a certeza de que se não for assim, estaremos comprometendo até as nossas gerações futuras.

Agradecemos pelo espaço, tendo a certeza de que os nossos Deputados se farão presentes na tomada de decisões conosco e com o Governo do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Agradecemos pela presença do Prefeito Municipal Saul José Rover.

Com a palavra o Padre Jerônimo Ob.

O SR. PADRE JERÔNIMO OB - Excelentíssimo Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro lugar a minha saudação pessoal e dos outros Padres de Nova Trento, também de D. Euzébio, que se faz presente na nossa pessoa.

Estamos apresentando e de certa forma lançando aos Srs. Deputados da Assembléia Legislativa do nosso Estado de Santa Catarina um projeto para o Santuário Madre Paulina, que vem aos poucos concretizando-se por espontânea vontade do povo, um projeto turístico-religioso de Vígolo, Nova Trento e Morro da Cruz.

Não foram, quero sublinhar bem, as Irmãs da Congregação da Imaculada Conceição, filhas de Madre Paulina; não foram os Padres com o Bispo; não foi o Prefeito ou as outras autoridades de Nova Trento; mas foi o povo que começou a expressar sua fé e seu reconhecimento para com esta nova santa, chegando cada dia mais numeroso em Nova Trento.

Nela o povo se identifica profundamente pela humildade, o espírito de serviço e o trabalho duro pela sobrevivência. E assim, aquilo que Nova Trento já era como lugar de fé e de busca pelo Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, tornou-se, pelo Santuário de Madre Paulina, que hoje já tem um decreto específico do Bispo em Vígolo, Nova Trento, um centro de particular importância no sentido religioso e turístico.

A média mensal dos peregrinos em Nova Trento atinge o considerável número de 25 a 30 mil ao mês. São 300 a 360 mil pessoas ao ano. Assim, do povo nasceu o que hoje chamamos e apresentamos a V.Exas: o projeto turístico-religioso de Nova Trento, que não pode corresponder às expectativas dos peregrinos e da população local sem uma resposta e presença precisa, bem clara, bem dinâmica, bem maciça e concreta dos Poderes Públicos em nível municipal, como sobretudo do Estado e da Nação, pois aquilo que foi feito até hoje pelas autoridades locais, seja da Igreja ou da Prefeitura, não é mais suficiente para atender à demanda desse grande número de peregrinos que chega.

V.Exas. aqui estão num lugar sagrado, que é a Câmara dos Deputados, eleitos, escolhidos pelo povo, em favor exclusivamente do povo. Conscientes do valor da autoridade que lhes vem diretamente do povo e por isso mesmo de Deus, acreditamos que seja do máximo interesse de V.Exas. conhecer, estudar, aprofundar, assumir e trabalhar para um projeto, um plano que vem do povo, daquele povo humilde e simples, que merece, porque é um povo sofrido, a mais profunda atenção e real colaboração daqueles que

ele, em nome de Deus, investiu de poder para zelar e para concretizar o bem comum.

Nós todos precisamos servir a este povo e assumir esse projeto para a realização daquelas estruturas que favorecem a capacidade de alcançar o objetivo primário e insubstituível de uma realidade turístico-religiosa, que pode marcar o Estado de Santa Catarina como um Estado-líder em um progresso à medida das pessoas e não escravo de lucros e de interesses que provocam sempre mais desastres.

A nosso ver, para que esse projeto possa realizar-se e desenvolver-se segundo o seu nome específico "Nos Caminhos da Fé", parece extremamente importante que seja bem claro para todos e que seja colocado em evidência aquilo que constitui o centro, o ponto mais seguro, a força mais dinâmica desta realidade: o aspecto espiritual e religioso.

Por isso, com a preocupação de todos em manter, honrar e elevar este sentimento profundo e religioso, acreditamos que para o povo que ali chega em busca da solução dos seus problemas, de todos os níveis e de todo o tipo, e para a participação também do povo local, esse projeto precisa ser um instrumento extraordinário de desenvolvimento da integralidade da pessoa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passamos a palavra à Irmã Teresinha Maria Pamplona, por até nove minutos.

A IRMÃ TERESINHA MARIA PAMPLONA - Excelentíssimo Sr. Presidente e Srs. Deputados, cumpre-nos a obrigação, como Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, juntamente com o Poder Público, neste momento, nesta Casa, trazer ao conhecimento de V.Exas. este projeto de turismo do Município de Nova Trento. Cumpre-nos a obrigação, ao procurarmos ser fiéis ao carisma de nossa fundadora, Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, que em 1890, no Município de Nova Trento, precisamente em Vígolo, por designio de Deus, deu início à nossa Congregação.

Filha de italianos, vindo para cá em uma das muitas migrações também por designio de Deus, coube à sua família ocupar Vígolo, em Nova Trento, como sua moradia. Poderia ser Florianópolis, Itajaí ou tantos outros lugares. Mas quis, à mercê de Deus, que fosse na pequenina Vígolo. E foi na pequenina Vígolo que Deus escolheu para dar início a uma congregação religiosa, que hoje existe em dezesseis Estados e onze países. Tinha essa congregação o objetivo inicial de cuidar de uma cancerosa na comunidade de então. Trazido hoje como obrigação nossa, suas seguidoras, de dar atenção a toda pessoa que de nós necessitar de cuidados.

Madre Paulina, nos anos de 1890, com o seu espírito empreendedor, com o seu espírito de sacrifício e de luta, projetou o Município de Nova Trento nos Estados Unidos e no Rio de Janeiro, através de uma fábrica de seda, que na época ela criara para sustento da Congregação iniciante e para dar trabalho aos seus municipes, aos seus amigos, aos seus vizinhos.

Cento e nove anos depois, cumpre à sua Congregação, com os Poderes Públicos, lançar esse projeto que vemos como congregação de uma amplitude muito grande, no cumprimento do carisma que nos cabe de tornar Jesus Cristo conhecido, amado e adorado por todo o mundo e ao mesmo tempo oferecer à municipalidade, a toda a sociedade, um projeto que com certeza trará recursos de várias formas, trará um resultado para o Município de Nova Trento em muitos sentidos, pois é um projeto turístico-religioso que busca uma integração com o turismo ecológico, com o turismo rural, com todo o turismo que a nossa Santa e Bela Catarina oferece.

Eu, como Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, da qual faço parte, e também como filha de Santa Catarina, quero, neste momento, como já foi feito, solicitar de V.Exas. a adesão a esse projeto, a colaboração a esse projeto, que será de grande benefício para

todo o Estado e para o Brasil, porque se em 1890 Madre Paulina projetou o Município no País e no exterior, temos certeza de que o projeto hoje lançado levará o Município, Santa Catarina e o País ao exterior.

Uma frase de Madre Paulina que até hoje repetimos com muita força é: "Não desanimemos, embora venham ventos contrários".

Mais do que nunca todos nós precisamos dessa força de Deus. Não desanimemos, embora venham os ventos contrários. E é o que não nos falta.

Madre Paulina, com sua vida, com sua garra, com seu empreendimento, com certeza, mostrará os caminhos que nós poderemos seguir.

Peço a Deus, peço a Madre Paulina que abençoe, que proteja todos os senhores e suas famílias nos seus empreendimentos. E juntos, com certeza, traremos uma resposta ao Município, a esse anseio que o povo manifesta hoje.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu gostaria de saudar o Prefeito, o Padre Jerônimo, a Irmã Terezinha e também as duas Irmãs que estão presentes, as quais são membros da mesma ordem.

Gostaria de dizer que tanto o Deputado Rogério Mendonça como eu já temos conhecimento do projeto. O Deputado Rogério Mendonça muito mais, porque é de Nova Trento.

É um projeto de extrema importância, de caráter turístico e voltado para o aspecto religioso, que trará, como a própria Irmã Terezinha, o Prefeito e o Padre Jerônimo disseram, benefícios enormes para aquela cidade, para a região e para o Estado de Santa Catarina.

Gostaríamos de dizer aos palestrantes do dia de hoje que tenho certeza absoluta de que os Srs. Deputados darão todo o apoio a esta iniciativa, para que este turismo religioso se acentue mais e quiçá saíamos do segundo lugar e partamos para um primeiro lugar, porque acho que o projeto é muito bom e tem tudo a ver com o trabalho que se realiza em Vigolo, através da Ordem que a Irmã Paulina pertenceu.

Por isso, Sr. Presidente, nós daremos todo o apoio e temos certeza de que a Assembléia Legislativa também dará todo o respaldo.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Só gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma referência toda especial a esse projeto turístico-religioso, saudando o Presidente, os Srs. Deputados, o Prefeito de Nova Trento, o Padre Jerônimo, as Irmãs Terezinha, Lígia e Herci, até porque, pelo que me consta, sou o primeiro Deputado eleito nascido naquela bela terra.

Tenho certeza, caro Saul Rover, que não só a minha pessoa como todos os Deputados estarão empunhando essa bandeira do turismo religioso, mas este Deputado em especial pela ligação que tem, ou seja, por ter nascido em Nova Trento, pela minha família morar lá e por minha mãe, D. Cremilda, que tem feito um trabalho de acompanhamento muito grande, um trabalho de retificação e recuperação das pinturas dentro do Santuário, dentro da igreja, junto da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição.

Quero dizer que já me coloquei à disposição do Sr. Prefeito para irmos ao encontro do Ministro Rafael Grecca, em Brasília, que

quando esteve aqui fez uma referência toda especial ao turismo religioso do Município de Nova Trento.

Tenho certeza de que o Ministro Rafael Grecca haverá de dar todo o apoio e todo o incentivo para todas essas obras necessárias para a continuação desse trabalho, porque acredito que o Plano Diretor de Vigolo é uma das coisas fundamentais.

Eu que estou lá praticamente todos os meses e não deixo de visitar o Santuário, às vezes fico preocupado com o crescimento desenfreado, que poderá prejudicar na frente todo um projeto futuro.

Quero cumprimentá-los e dizer do meu orgulho e da minha alegria em poder recebê-los aqui, neste recinto, do qual faço parte hoje. Gostaria de dizer que todos os Srs. Deputados estarão com essa bandeira do turismo religioso de Nova Trento, mas poderão ter certeza de que este conterrâneo estará erguendo com muito mais força essa bandeira.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pedimos a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nós não tivemos o privilégio do ilustre Parlamentar, Deputado Rogério Mendonça, de ter nascido em Nova Trento, pois também desejávamos ter nascido lá, mas V.Exa. teve mais sorte do que nós.

A dúvida, Sr. Presidente, que eu tenho é a seguinte: já existe uma lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Bittencourt, reconhecendo Nova Trento como área de turismo religioso. Nós não queremos ser o vento, Irmã Terezinha, citado pela Madre Paulina, mas entendo que não podem haver duas leis no mesmo sentido, porque os Deputados Pedro Bittencourt e João Henrique Blasi, no ano passado, deram entrada nesta Casa a um projeto, o qual aprovamos.

Então, a única dúvida que temos é que se esse novo projeto não vem em conflito legal com aquele já existente. Se não houver conflito, não temos dúvida nenhuma que vamos atender não só ao pedido do nosso Deputado Rogério Mendonça do nosso Prefeito, das nossas queridas Irmãs e do nosso Vigário, como vamos atender também ao pedido do povo, ao clamor do povo, como aqui foi citado pelo nosso Vigário de lá. Portanto, haveremos de votar, sem dúvida nenhuma, favoravelmente ao projeto.

A única dúvida que levantamos é se podem haver dois projetos semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - A princípio, só para esclarecer, Deputado Onofre Santo Agostini, hoje está sendo apresentado pela Tribuna Livre o projeto de construção do Santuário de Madre Paulina, que a princípio não se viabiliza em forma de projeto de lei aqui, mas de busca de apoio dos Parlamentares no envolvimento, no apoio político para a viabilização daquele empreendimento do ponto de vista econômico, financeiro e no apoio do Estado. Eles estão contando com o apoio da Assembléia no envolvimento e no comprometimento para a construção do projeto do santuário. Ele não se materializa em um projeto de lei a ser encaminhado para esta Casa.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Quero cumprimentar o eminente Prefeito Saul, a Irmã Teresinha, o Padre Jerônimo e demais integrantes da comitiva de Nova Trento, que hoje usam a Tribuna Livre, a qual se revela em cada oportunidade mais do que necessária para que efetivamente a sociedade catarinense venha, através do projeto da Tribuna Livre, defender aquilo que é do seu interesse, com a linguagem que é também extremamente peculiar de cada projeto, de cada segmento organizado da sociedade.

Gostaria de dizer também que, considerando que já houve por parte do Ministro Grecca uma referência bastante forte em favor do turismo religioso, contemplando Nova Trento, nós, da Assembléia Legislativa, precisamos, sem dúvida nenhuma, fazer coro à comunidade de Nova Trento, para mostrar que o Ministro estava certo quando se manifestou de maneira especial a esse projeto.

Então, não podemos, efetivamente, deixar a existência de um vácuo entre o Município de Nova Trento - e aí não podemos falar de região, mesmo em que pese o projeto edificar Nova Trento em uma repercussão econômica de toda a região - e a esfera do Governo Federal. Há necessidade que o projeto seja efetivamente edificado, e que venhamos nos integrar e compor este elo que ainda está faltando nesse projeto.

Seja muito bem-vinda a comitiva, hoje, pois acreditamos ser muito importante a apresentação do projeto. Os senhores já têm no Deputado Rogério Mendonça um conhecedor profundo da realidade ali posta, com certeza um representante muito forte nesta Casa. E além do mais, todos nós, Deputados, seguramente não mediremos esforços no sentido de ver o projeto ganhar fôlego, ganhar a estrada necessária, para no final ver edificado.

Cumprimentamos toda a comitiva, então, pela iniciativa e a vontade de ver realizado um sonho de toda aquela gente. Parabéns.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores elogiar a presença do Prefeito Municipal de Nova Trento, acompanhado desta comitiva de religiosos do Santuário de Madre Paulina, ocupando a Tribuna Livre desta Casa, um hábito ainda incipiente que precisamos fortalecer e apoiar cada vez mais, para que o povo do nosso Estado, através de suas representações, possa utilizar este instrumento importante de participação junto aos Deputados Estaduais.

Por outro lado, quero dizer que o assunto apresentado relacionado ao turismo, e todos nós sabemos, está sendo feito em forma de um grande debate em níveis nacional e estadual, em várias regiões do Estado, uma vez que o turismo é uma mola propulsora fundamental para o desenvolvimento da forma sustentada, para a geração de emprego e renda que tanto precisamos.

Sem dúvida nenhuma, tanto da parte da nossa Bancada quanto da parte de todos os Srs. Deputados desta Casa, temos certeza de que haverá total apoio a esse projeto turístico-religioso de Nova Trento.

Com certeza, podem contar conosco!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só quero me associar aos cumprimentos já manifestados ao Sr. Prefeito Municipal, ao Padre, às Irmãs da Congregação e dizer que além do nosso apoio necessário esta Casa estará associada a esse projeto, até porque na noite de ontem nos sentimos orgulhosos de ser catarinenses, ao ver que o processo de canonização de Madre Paulina se encontra avançado e na grande perspectiva de durante o processo de comemoração dos 500 anos do País, tenho muita esperança, receber a graça da canonização de Madre Paulina. Portanto, teremos mais um objetivo avulsor desse grande projeto importante não só para Nova Trento como também para Santa Catarina e principalmente para a nossa comunidade católica.

Parabéns a vocês e contem conosco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - As várias manifestações mostram a importância desta Tribuna Livre hoje. Quem sabe, poderíamos depois encaminhar um requerimento, e estou fazendo verbalmente, em nome desta Casa, solicitando esforços do Ministério do Turismo para viabilizar recursos, para viabilizar condições para a implementação dos dois projetos, tanto do Santuário Madre Paulina quanto das melhorias do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro.

Não sei se é do consenso dos Srs. Deputados, mas depois colheremos assinaturas para fazer esse requerimento.

Agradecemos ao Prefeito Municipal de Nova Trento, Saul José Rover, ao Padre Jerônimo Ob, à Irmã Teresinha, à Irmã Lígia, à Irmã Herci.

Está encerrada esta Tribuna Popular.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Consultamos a Liderança da Bancada para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - A Sra. Deputada Odete do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Por decisão da Bancada o tempo do PPB, que tem 17min, foi dividido.

Com a palavra a Sra. Deputada Odete do Nascimento, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Constituição Federal, no seu art. 227, garante que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E para complementar, Srs. Deputados, no § 4º, a lei garante que punirá severamente o abuso, a violência e a exploração da criança e do adolescente.

Portando, caros Colegas, infelizmente ocupo esta tribuna, nesta tarde, para falar da violência sexual em suas múltiplas modalidades, que vem atingindo de forma assustadora as nossas crianças e os nossos adolescentes - estupro, atentado ao pudor, prostituição, corrupção de menores, utilização em espetáculos pornográficos ou sexo explícito e tantos outros.

Não existe ainda no mundo estatísticas precisas sobre os maus tratos na infância, mas o que tem chamado a atenção de pediatras, traumatologistas e psiquiatras é o fato de que as ocorrências têm-se multiplicado. Estima-se que 1 a 2% da população infantil do Planeta é submetida a alguma forma de agressão, sem diferença de classe social ou de cultura.

No que se refere ao abuso sexual, crianças ou adolescentes que foram sexualmente abusados certamente vão ter uma visão muito diferente do mundo e dos relacionamentos interpessoais em relação àqueles que cresceram em um ambiente familiar amoroso, protetor e com fronteiras familiares bem definidas.

Segundo estudos, o abuso sexual infantil fornece a ambos, meninos e meninas, informações errôneas sobre o relacionamento entre adultos e crianças. Uma relação envolvendo abuso sexual entre um adulto e uma criança ou um adolescente é baseada em poder e conhecimento desiguais. À medida que essas crianças crescem, percebem que sua confiança e seu amor foram traídos. Conseqüentemente, pode ser difícil para elas voltar a confiar em alguém, e isso pode gerar problemas em seus relacionamentos na vida adulta.

Ainda quero falar também de uma das formas mais atrozes de violência, que é o extermínio, se é que podemos graduar o fenômeno de violência, entendemos que não, pois toda agressão, por mais singular que possa parecer, é injustificável e quase sempre

objeto de futura reprodução, no sentido de que adultos que sofreram maus tratos e abusos durante a sua infância quase sempre reproduzem mau comportamento, agredindo sua família, mais especialmente os filhos, estruturalmente mais frágeis e portanto mais facilmente objetos de vitimização.

Não é difícil, embora lamentável, lembrar do ano de 1993, quando o Brasil volta ao cenário internacional ocupando uma grande manchete de jornais de todo o mundo, em função do massacre da Candelária do Rio de Janeiro. Nessa época jornais ingleses chegaram até a anunciar que o Brasil resolveu o problema das crianças de rua matando-as.

É lastimável ver, ouvir e saber que a nossa realidade, ou a realidade de nossas crianças, destaca-se desta forma.

Também não dá mais para aceitarmos como norma o fato de crianças famintas terem suas necessidades facilmente satisfeitas com a pinga, a cachaça, o que acontece na região do Vale do Jequitinhonha, região do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Conhecida como Vale da Miséria, a região apresenta cenas diárias de crianças de 4 a 12 anos de idade sendo viciadas. O álcool está sendo incorporado às suas vidas, pois suas mães introduzem-no nas mamadeiras ou em copos para provocar o sono nos seus filhos, que choram sem parar e não conseguem dormir por causa da fome.

Eu citei Minas Gerais, mas sabemos que situações bem parecidas acontecem aqui, em nosso Estado, bem perto de nós, às vezes em todas as partes; estão literalmente diante de nossos olhos e mesmo assim não vemos.

Está na hora dessa situação mudar, caros Colegas.

A violência infantil - e aqui já não me refiro só à violência, ao abuso sexual mas, sim, a toda forma de violência contra as nossas crianças e adolescentes - assusta, amedronta, expande-se a todo instante.

Podemos constatar isso em situações até consideradas cotidianas, presenciamos no dia-a-dia, por exemplo, nas sinalleiras, crianças maltrapilhas, que chegam de carro em carro, implorando os centavos. Isso nós vemos todos os dias.

Quando paramos nas sinalleiras, nobres Colegas, geralmente vemos crianças miseráveis batendo no vidro do nosso carro, pedindo uns miserios centavos para comprar, para garantir o pão. Os próprios pais, quando as crianças têm consciência de poder sair às ruas, transmitem para elas esse vício de pedir.

Pior é saber que o dinheiro esmolado nas sinalleiras, na maioria das vezes, ou em todas às vezes, é para sustentar o vício dos pais, que sem qualquer expectativa de vida se deixam levar pelo desespero.

Quem não acompanhou pela televisão, no ano passado, uma grande campanha em favor do Nordeste, realizada para amenizar a fome daquele povo? E uma mãe, em prantos, confessava que preferia matar os filhos do que vê-los morrer de fome.

Nobres Colegas, eu estive no sertão do Nordeste, onde fizemos uma campanha promovida pela Associação Beneficente Cristã, e viajamos de automóvel cinco dias. Nós entramos no sertão nordestino, visitamos o Rio Grande do Norte e vimos aquelas mães gritando de alegria quando nos viam chegar com uma sacola de alimentos. Aquelas crianças abraçavam uma lata de leite e devoravam-na, porque a fome era tamanha.

Srs. Deputados, precisamos lutar, trabalhar para ver a situação mudar. Espero em muitas oportunidades voltar a esta tribuna e em bom tom anunciar que a evasão nas escolas é coisa do passado, que nossas crianças e nossos adolescentes representam as salas de aulas, que as manchetes nos jornais mostram uma nova cara deste Brasil, que eu acredito será o País da esperança, da riqueza, da paz e de um futuro promissor para a nossa juventude.

Srs. Deputados, olhando para os nossos jovens que estão nas salas de aula, vemos que ali existe um grande potencial para desenvolver, que existem ali talentos escondidos. E o que elas esperam? Esperam oportunidades, porque o nosso Brasil tem as condições para oferecer aos nossos jovens, às nossas crianças, aos nossos adolescentes, porque o nosso Brasil é muito rico, e sabemos que há muitas riquezas que ainda não foram exploradas. Nós temos um Brasil riquíssimo em petróleo e minérios, apenas não estão sendo explorados como devem.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Querida Deputada Odete do Nascimento, o seu pronunciamento é de muita profundidade, muito importante e nos comove.

O que me levou a fazer este aparte foi o número elevado de pessoas embaixo de uma lona preta, uma lona plástica, que vi quando cheguei a esta Casa hoje, o que faz com que neste hora se imagine, dentro do seu comentário, o que é oferecido aos pais dessas crianças deste País. Em que País vivemos? É o momento em que podemos fazer uma reflexão desse imenso e rico Brasil, que tira a oportunidade de tanta gente poder criar decentemente os seus filhos.

Eu quero parabenizar V.Exa. pelo assunto que nos trouxe no dia de hoje. Eu quero dizer que compartilho desta tristeza ao ver um País que se omite de dar oportunidade ao seu cidadão. E neste bonita terra de Santa Catarina, conseguimos viver com a situação humilhante desse cidadão que acaba se transformando em mais um desprotegido.

A SRA. DEPUTADA ODETE DO NASCIMENTO - Parabéns, Deputado Nelson Goetten.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O PPB dispõe de mais um minuto. Alguém gostaria de fazer uso da palavra?

(Pausa)

Não havendo orador interessado em fazer uso da palavra, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota, por até dezessete minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última quarta-feira esta Casa teve um papel fundamental na questão da BR-101, no Sul do Estado de Santa Catarina.

Eu acho que nós, que vivemos no Brasil, temos que tomar, às vezes, essas medidas antipáticas que não são de agrado de todos, mas são um mal necessário, Deputado Reno Caramori, para que possamos ser reconhecidos e para que a ação fique mais forte.

Lamentavelmente, este é o Brasil que vivemos, que moramos e que amamos.

Na última quarta-feira, na sessão ordinária da Assembléia Legislativa, que foi realizada em Laguna, houve uma representação muito forte. Os Prefeitos do Sul estavam presentes, a imprensa deu uma cobertura extraordinária e os movimentos comunitários estavam uns em defesa do porto de Laguna, outros em defesa da lagoa de Santo Antônio, que tem o melhor camarão do País. O Deputado João Rosa disse que lá tem o melhor camarão do mundo, e eu disse que é o melhor do País.

Portanto, já estamos colhendo frutos. Por que estamos colhendo frutos? Porque ligou o Dr. Roberto Ribas, do DNER; ligou um assessor do Ministro; e ligou depois o próprio Ministro, que pediu que eu levasse uma mensagem para aquela sessão, porque ele sabia que estava tendo desdobramento, estava tendo acusações, discursos pesados contra o Ministro pelo Secretário dos Transporte e Obras, Leodegar Tiscoski, e outros Parlamentares, uma batida muito forte.

Tudo isso saiu na grande imprensa de Santa Catarina, as notícias chegaram lá, e o Ministro estava acompanhando. O Ministro disse: "Deputado, eu contribuí com o processo do Norte do Estado, com a duplicação. Acho que não mereço o que estão fazendo comigo em Santa Catarina. Todo o processo de duplicação na divisa de Palhoça com o Paraná passou pelas minhas mãos, e eu, como Ministro, tenho praticamente assegurada, até o final do ano, a duplicação do lado norte.

Agora, o lado sul antes não tinha projeto de engenharia e hoje tem, o qual termina no mês de julho. Depois, vão receber o anteprojeto analisado pelo DNER, que tem 60 dias. E com essa minuta do projeto, já pode ser feita a licitação.

Eu acho que não mereço isso, e quero dizer que sei dos problemas, foram-me repassados pelo Dr. Roberto Ribas, Diretor-Geral do DNER em Santa Catarina, e o principal ponto crítico era nas pontes da Cabeçada, de Capivari, de Tubarão e naquela que está sendo recuperada.

Eu quero te dizer com segurança que já podes levar uma mensagem para os Parlamentares de Santa Catarina no sentido de que nos próximos dias a empresa que vai recuperar a ponte de Laguna já estará instalada, já abrimos inclusive um edital de emergência."

E eu disse ao Ministro que não tinha o que duvidar dele e de que nos próximos dias estaria aqui a empresa. Viemos, então, para a sessão de quinta-feira, que foi suspensa pelo falecimento de um ex-Deputado de Lages. Voltei à tarde para Araranguá e, para minha surpresa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando cheguei lá, em torno das 17h, a empresa já estava se instalando no local. Hoje, iam pegar no contrapé, já com um lado da ponte interditado, com equipamento para a recuperação da ponte, e em 20 dias estará concluída definitivamente, para a tranquilidade dos usuários da BR-101 do lado sul do nosso Estado. Então, essas questões são fundamentais.

E eu falei da questão da urgência da ponte do Rio Urussanga Velha, que levaria 90 dias e está criando um transtorno, está destruindo praticamente aqueles desvios que passam por Sangão, por Morro da Fumaça, por Jaguaruna, por Tubarão, por Gravatal, por Braço do Norte, por Orleans, por Urussanga e pela região de Criciúma. Então, temos que agilizar.

Hoje também fui checar, fui fazer uma visita a ponte que está com toda a ferragem pronta e que, amanhã, vai receber o cimento, quer dizer, o dia 20 era o dia previsto para a sua conclusão, mas nós já vamos para o dia 5, 15 dias a menos...

Por isso, realmente, eu tenho que registrar este momento em que vivemos da questão da BR-101, da questão da nossa Comissão, da questão do trabalho dos Parlamentares e da ajuda permanente em busca de solução para a nossa região. Foram questões que tivemos uma resposta imediata, concreta, por parte de alguém que é sério, que tem compromisso e que é do Sul do País.

E o Ministro me disse: "Eu sou apenas um Ministro, portanto, não tenho a caneta na mão, não sou eu quem decide a questão financeira e os recursos destinados aos Ministérios ainda não foram liberados. Por isso toda essa dificuldade. E eu queria ir a Santa Catarina já com alguma coisa concreta para liberarmos a questão da dotação orçamentária - 109 milhões - do lado norte do Estado, que é de Palhoça até a divisa do Paraná, mas está nas mãos do Presidente da República. Então, não depende deste Ministro mas do Presidente da República."

Então, esperamos que amanhã seja o grande dia, onde possamos, através desse movimento, juntamente com a participação do Ministro, contactar com o Presidente da República, para que seja assinada esta dotação orçamentária, que não é questão de dinheiro e sim de dotação orçamentária, a fim de que o dinheiro do Banco Internacional seja investido na duplicação da BR-101, para que até o final do ano tenhamos assegurada, com tranquilidade, a duplicação de Palhoça até a divisa do Paraná.

Quanto ao lado sul, no que se refere ao projeto de engenharia, como ele disse, já foi feito um trabalho por nós, pois não tinha nem o projeto pronto e hoje já temos, a minuta vai sair em junho, e quem sabe nós possamos já, com esse anteprojeto, licitar ainda no ano de 1999.

Então, quero fazer um registro muito forte em defesa do Ministro que nos deu respostas imediatas. E eu tenho certeza de que amanhã, às 18h, na audiência marcada, em nome da Comissão, em nome do Parlamento, em nome da Comissão Técnica, que tem como Presidente o Deputado Ciro Roza, e como Vice-Presidente este Deputado, que também estará, amanhã, em Brasília, acompanhando... E nós não vamos lá apenas com a Comissão ou com os Deputados, nós vamos lá, Deputado Reno Caramori, também com o Fórum Catarinense.

Então, nós queremos registrar que, em razão da incompetência do Sul do nosso Estado, do Sul do País, nós perdemos, Deputado Onofre Santo Agostini, o DNOS, que prestou relevantes serviços a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul e ao Paraná, enquanto o Norte e Nordeste do País não perderam nada disso! Nós, por briguinhas políticas, perdemos a Sudesul, com seus equipamentos, que tantos investimentos fez, principalmente nas áreas improdutivas, alagadas, que hoje estão plantando arroz e fazendo grandes colheitas, fruto do trabalho dessa empresa. E perdemos por incompetência política dos três Estados do Sul, do Conesul.

Então, não adianta agora nós ficarmos alfinetando o Ministro ou atacando o Presidente da República, apesar de eu não ter nada para defendê-lo, mas quero que o Parlamento de Santa Catarina, o Governo do Estado tenha representação no Congresso Nacional, respondendo aos nossos pleitos em Santa Catarina.

É para isso que estamos lutando, pois este é um instante decisivo daqueles que querem ver o bom encaminhamento, o bom andamento, as conquistas importantes e fundamentais para o Sul do nosso Estado, para Santa Catarina, é assim que estou trabalhando e é assim que vou trabalhar.

Amanhã mesmo, nesta audiência, nós vamos ter, com certeza, a presença marcante do Ministro, a fim de que possamos também discutir, na região Sul do Estado, a questão que não é só das pontes, não é só da dotação, mas é da licitação da nossa BR-101, para que nós possamos ter tranquilidade, já que essa não é obra estadual, não é obra brasileira, é uma obra internacional, é uma obra do Mercosul, e por isso a minha preocupação.

O Sr Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra quero ouvi-lo em aparte, Deputado Reno Caramori, que, com certeza, com a sua experiência na área de transporte urbano e transporte interestadual, tendo uma ligação muito forte com as BRs, vem contribuir nesse processo, para que possamos ter não só essas conquistas como outras conquistas fundamentais para Santa Catarina, pois esse é o nosso dever, a nossa obrigação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, não tenho a menor dúvida de que esse seu pronunciamento traduz a realidade da situação de Santa Catarina. Eu entendo, perfeitamente, a defesa que o nobre Deputado vem fazendo ao Ministro, porque semana passada V.Exa. veio a esta tribuna reclamar a falta de atenção do Presidente da República com Santa Catarina.

Eu também fiz isso, se bem que sempre me manifestei dizendo que o Ministro Odacir Klein, do seu Partido, havia iniciado um trabalho de duplicação na BR-101, com o compromisso de concluí-la. Infelizmente, ele não deu prosseguimento à obra, pois não continuou no Ministério, mas apoiou o Ministro Padilha, que também é do seu Partido, para que assumisse as responsabilidades junto ao Ministério dos Transportes, ou seja, assumiria a duplicação da BR-101 na divisa do Paraná até Palhoça e o projeto de Palhoça à divisa do Rio Grande do Sul.

Por várias oportunidades tenho me manifestado neste Plenário, não só no microfone da tribuna como no de apertes, dizendo também que as coisas são difíceis, mas que estão sendo conduzidas para o caminho certo. Só que levamos um susto, na verdade, Deputado Manoel Mota, com a diminuição radical no andamento das obras, do trecho da divisa do Paraná com Palhoça, e com o problema crucial das duas pontes que estão ruindo lá no Sul do Estado.

Por isso que a manifestação desta Assembléia, com todos os moradores e até mesmo com os motoristas dos dois sentidos da BR, tanto do lado sul como do lado norte, foi pacífica, porque a grande maioria deles sabia que aquele movimento era um movimento honesto, sincero, que durou só uma hora. Por isso que este Deputado não se pronunciou, deixou os Deputados do Sul se pronunciarem, pois não haveria tempo suficiente para todos se pronunciarem. Mas durou exatamente um hora a paralisação programada, tendo sido encerrados os trabalhos.

Eu quero acreditar, Deputado Manoel Mota, que o Ministro está preocupado com a situação, até porque a BR-101 liga a sua terra com o resto do mundo. Mas nós não podemos esquecer da BR-116, da 153, da 470 e da 282, que também têm trechos em situações precárias, necessitando também da atenção do Ministro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Reno Caramori, o tempo está se esgotando e nós queremos aqui reconhecer o trabalho do Dr. Roberto Ribas pelo relevante serviço prestado às BRs de Santa Catarina, pois nós temos que reconhecer e defender aqueles que estão ajudando e contribuindo nesse processo.

Queremos reconhecer a resposta do nosso Ministro Eliseu Padilha, que é do Sul, que se manifestou imediatamente.

Eu tenho certeza de que essa paralisação na BR-101 foi um momento fundamental para Santa Catarina, principalmente para o Sul do Estado, que está ansioso, porque o seu fechamento, com a queda de uma ponte, daria um transtorno muito grande, porque não teriam como levar matéria-prima às nossas indústrias e nem escoar a produção, a safra da nossa região. Mas hoje tivemos a resposta imediata do Ministro. A crítica feita em cima do palanque pelo Secretário Leodegar Tiscoski fez com que um dia depois as empreiteiras lá estivessem recuperando a ponte.

Mas nós estamos embarcando para Brasília, juntamente com a Comissão, para que amanhã, às 18h, possamos participar da audiência. E será uma honra muito grande para nós se os demais Deputados tiverem condições de nos acompanhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 13 minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, inicialmente gostaria de prestar uma homenagem a um grande ex-Deputado que, infelizmente, quis o destino levar do nosso meio.

Eu estou falando, Sr. Presidente, do ilustre ex-Deputado Adilson Ventura, e tive o prazer e a honra de ser Deputado na época em que ele foi também, como outros Parlamentares.

Adilson Ventura era engenheiro pecuarista, pessoa extraordinária, grande amigo, não só por ser nosso correligionário e nem por ser da nossa região serrana, mas pelo fato de ter se revelado uma pessoa extraordinária. Como eu disse, um homem simples, um homem comum, mas imbuído dos melhores princípios.

E aqui, neste Parlamento, durante os quatro anos que trabalhamos juntos, passamos a admirá-lo, mas, infelizmente, na semana passada, partiu aos 46 anos de idade devido a um infarto.

Na qualidade de amigo pessoal, na qualidade de seu correligionário e também de seu conterrâneo, queremos aqui dizer que foi, sem dúvida nenhuma, para o PFL, uma grande perda.

Nós, serranos, também perdemos um grande batalhador da nossa terra e da nossa região.

E com a doença, Deputado Altair Guidi, com o derrame cerebral, o Adilson não podia mais falar. A doença lhe atingiu a voz. Mas há 15 dias, quando aqui esteve fazendo uma visita a este Parlamento, aos seus companheiros, aos seus amigos Deputados, ele mostrava a sua angústia, através de gestos, de querer também continuar a ser Deputado e defender toda a região Serrana.

Por isso gostaria que ficasse registrada nos Anais desta Casa essa homenagem bem simples, bem humilde de um seu amigo, de um seu conterrâneo, de um seu correligionário.

Adilson Ventura partiu, mas que seu exemplo, sua dedicação, seu esforço, sua forma de ser como Parlamentar sirva para que nós, Deputados, continuemos o trabalho gigantesco que fez, principalmente em favor da agropecuária, dos humildes.

Deputada Odete do Nascimento, Adilson Ventura foi uma pessoa que se dedicou em favor dos menos favorecidos; era uma pessoa de posse, filho de um pecuarista rico, engenheiro civil, grande empreendedor, mas se dedicava em favor das pessoas sofridas.

Por isso nossa homenagem, nossa dor, nossa saudade do ex-Deputado Adilson Ventura.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejo também registrar que hoje esta Casa viveu um dia de graça. Assistimos na Tribuna Livre os representantes, as irmãs, o Prefeito de Nova Trento, que aqui vieram pedir nosso apoio em favor da construção do santuário da Madre Paulina. Eles também trouxeram o conforto da fé, da esperança.

Há pouco ouvimos a Deputada Odete do Nascimento falar sobre o abandono da criança e a preservação da família. Então, efetivamente, hoje esta Casa está vivendo momentos de graça, já que passamos dias tristes com a perda do colega Adilson Ventura, com o falecimento do chefe de gabinete do Deputado Reno Caramori, da região de Campos Novos, e com a perda, neste Poder, do chefe de gabinete da Presidência.

Mas o Deputado Manoel Mota trouxe boas notícias ao dizer que vamos ter uma solução para os problemas que atingem as pessoas de Santa Catarina e do Sul do País que trafegam na BR-101. E o Parlamentar Reno Caramori, em aparte, teceu sua preocupação a respeito da BR-116.

Acho que todos nós devemos nos empenhar para a solução da duplicação da BR-101, pois é uma obra prioritária para o Brasil, mas não podemos esquecer da importância do recapeamento da BR-116, a BR mais importante do País, porque corta o Rio Grande do Sul indo em direção ao Norte do Brasil. Também temos que nos preocupar com as BRs 470 e 282.

Deputado Romildo Titon, encaminhei à Mesa Diretora um requerimento sugerindo à Bancada catarinense, no Congresso Nacional, e aos Senadores que não votem em nenhuma matéria de interesse do Governo Federal sem que se resolva de uma vez por todas os problemas das BRs 101 e 116.

Se é para protestar, para chamar a atenção das autoridades, vamos fazer com que os nossos representantes do Congresso Nacional, de todos os Partidos, não votem mais nenhuma matéria de interesse do Governo sem que este ao menos dê satisfação sobre os problemas que afligem nossa gente.

Se for necessário, Deputado Altair Guidi, vamos usar desses meios para atingir nossas metas, porque, realmente, a BR-101 é um caso sério! Cada vez que tenho que trafegar na BR-101, tanto para o Sul do Estado quanto para o Norte, fico muito preocupado devido aos acidentes fatais. Por isso essa BR é considerada a BR da morte.

Mas se não tomarmos alguma atitude, nada vai mudar. Até no início discordei da intenção de V.Exa. de fazer a sessão legislativa daquele dia em cima da ponte, mas hoje vejo que ela teve o reflexo desejado, atingiu os seus objetivos, porque, ao que parece, no Brasil, Deputado Adelor Vieira, só se consegue as coisas na marra, só se consegue as coisas quando se mostra pelos meios de comunicação as necessidades do cidadão catarinense ou brasileiro.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Eu quero compartilhar deste momento tão importante que vive o Parlamento catarinense. Eu sei que não seremos compreendidos por todos, mas como disse V.Exa., parece que Santa Catarina está vivendo uma fase diferente. Quando se esgotam os canais do entendimento, nós precisamos buscar outras alternativas.

Há necessidade de se buscar outras alternativas, e uma das alternativas é esta. Tivemos o exemplo desta sessão na BR-101, incompreendida no primeiro momento por alguns segmentos da sociedade, mas depois aplaudida e reconhecida. Tanto é verdade que o Ministro estará recebendo uma comitiva aqui de Parlamentares amanhã e hoje já anuncia o Diretor do DNER que estão preparando alguma coisa em relação à recuperação da ponte da Cabeçada, o que não se ouvia falar antes desta manifestação.

Assim, creio que há outras questões de igual importância ou de maior importância para serem discutidas fora do nosso recinto de trabalho, ou seja, juntamente com a comunidade, buscando, assim, uma solução para os seus problemas.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a oportunidade, e ao encerrar, já que fui provocado, Deputada Odete do Nascimento, quero dizer aos flamenguistas que o Vasco perdeu uma, mas como já fazia um tempo que não ganhavam do Vasco, eles têm o direito de ficarem muito felizes, porque ganharam do melhor time do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos sete minutos estão destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de entrar no assunto propriamente dito que me traz à tribuna, quero aproveitar para registrar aos Srs. Deputados que hoje e amanhã estarão presentes em nossa Capital diversas entidades representativas do Movimento dos Trabalhadores pela Luta no Campo, do Movimento dos Sem-Terra, do Movimento das Mulheres Agricultoras, do Movimento dos Atingidos por Barragens e do

Movimento dos Pequenos Agricultores, que vieram em busca de diversas reivindicações inseridas no contexto da semana nacional de mobilização pelas lutas no campo.

No dia de hoje estiveram essas entidades participando das audiências para tratar dos problemas e das reivindicações junto ao Inbra e ao Banco do Brasil. Amanhã, no período da manhã, estarão no Besc e na Gerasul, e no período da tarde, com certeza, esta Casa concederá um espaço no horário dos Partidos Políticos para participarem da sessão ordinária, trarão uma pauta de reivindicação aos Srs. Deputados e participarão de audiências com a Secretaria da Educação e com o Governador do Estado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu participei, neste final de semana, do fórum das entidades médicas de Santa Catarina, formado pela Associação Catarinense de Medicina, o sindicato dos médicos, o Conselho Regional de Medicina, na cidade de São Francisco do Sul.

Nessa oportunidade, foram homenageados os colegas médicos Geraldo Althoff, os Deputados Federais Fernando Agostini, Serafim Venzon, Vicente Caropreso e este Deputado, que são médicos e detêm mandatos no Legislativo Federal e Estadual, uma homenagem que aproxima de forma suprapartidária os Parlamentares médicos e as respectivas entidades de classe para um trabalho conjunto na defesa dos interesses maiores da coletividade, relativamente à dignidade do trabalho profissional e da saúde da população de Santa Catarina.

Eu quero registrar nos Anais desta Casa a minha manifestação de elogio aos colegas médicos Dr. Geraldo Swich, Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina; Dr. Remaclo Fischer, Presidente da Associação Catarinense de Medicina; e Dr. Edward de Araújo, Presidente do Conselho Regional de Medicina, bem como as respectivas diretorias, pela demonstração de maturidade, de seriedade no trato das questões que interessam à classe médica e, acima de tudo, à saúde da população catarinense ao promoverem a união das respectivas entidades constituindo o Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina, o debate e as decisões através desse fórum, como aconteceu nesse final de semana em São Francisco do Sul.

Esse foi um trabalho unitário, exemplar para as demais entidades médicas, em nível nacional, que conjugam esforços, somam forças e objetivam mais facilmente a busca de soluções para os assuntos tratados. Eu entendo que ganham não só os médicos, mas, acima de tudo, a população de Santa Catarina.

Fiquei impressionado e satisfeito ao constatar que os colegas médicos catarinenses, através desse fórum promovido pelo Conselho Superior de Entidades Médicas, debateram diversos assuntos, não se limitando, ao contrário do que inicialmente se esperava, apenas à ótica corporativista, no interesse exclusivo do médico e do seu exercício profissional, no seu consultório, ou seja, vendo apenas o seu lado. Então, surpreendeu-me o caráter abrangente como trataram as questões, visando ao interesse da população catarinense.

Eles trataram assuntos como as escolas médicas, Ipsc, Conselho Estadual de Saúde, financiamento da saúde, todos dentro de uma ótica justa, legítima, na defesa dos interesses da classe médica, mas sempre em consonância com os interesses maiores da saúde da população catarinense.

Essa demonstração de seriedade, de maturidade política, social, profissional realmente merece o nosso reconhecimento. Eu fico tranquilo em estreitar laços e, como Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, coloco-me à disposição para um trabalho conjunto com as entidades médicas.

São exemplos de relevância as decisões que foram tomadas, por exemplo, para estabelecer critérios para a abertura e funcionamento das escolas médicas no Estado de Santa

Catarina, em conjunto com o Conselho Estadual de Educação e com a Comissão de Saúde e Educação desta Casa.

Também é um exemplo de relevância a decisão de buscar um diálogo permanente, reiterado com o Sr. Governador do Estado em uma audiência que se está reivindicando para tratar dos valores atrasados dos serviços prestados ao Ipsc, que são mais de R\$33.000.000,00, desde maio a dezembro de 1998, e a decisão das entidades, deixando livre os médicos e os prestadores de serviço, os hospitais em relação ao atendimento à população usuária do Ipsc. Quer dizer, não há nenhuma imposição das entidades médicas no sentido de impedir o atendimento por parte dos profissionais que efetivamente queiram atender.

Uma outra decisão importante é a reivindicação das entidades médicas de uma participação no Conselho Estadual de Saúde, já que o médico é uma parcela importante na equipe da saúde, entre os trabalhadores da saúde, quer dizer, dando importância ao Conselho Estadual de Saúde, o que eu considero algo extraordinário. E, da mesma forma, as entidades recomendando aos médicos em todo o Estado que participem efetivamente dos Conselhos Municipais de Saúde, o que eu acho que é fundamental, porque...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos, inicialmente, dizer desta tribuna que hoje, dia 19 de abril, está acontecendo em Brasília a convenção nacional do nosso Partido, o PDT. Está sendo eleito o novo diretório nacional, a nova executiva nacional e também, desde às 9h, o nosso Partido, com outras lideranças pedetistas do País, está reunido para fazer uma avaliação do quadro político econômico e social do Brasil.

Hoje à tarde, em Brasília, vai acontecer também uma homenagem especial ao ex-Presidente, ao grande estadista Getúlio Vargas, sendo que hoje, dia 19 de abril, comemora-se a data do seu aniversário de nascimento. E amanhã, dia 20, as lideranças do Partido Democrático Trabalhista, juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e com a União Nacional dos Estudantes (UNE), fará também uma homenagem a um outro grande estadista, Tiradentes, que se comemora mais precisamente no dia 21, com passeatas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto e em Belo Horizonte. Espera-se uma grande mobilização, principalmente no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, amanhã, para homenagear Tiradentes.

Por sinal, o nosso Partido, o PDT, diante da pior crise econômica e social dos últimos tempos, tem sido o Partido que com mais contundência está batendo nas grandes questões nacionais, que está se mostrando muito preocupado com a nossa Liderança maior.

E o nosso ex-Governador Leonel Brizola, até numa atitude bastante radical, está pedindo a renúncia do atual Presidente e manifesta, exterioriza a sua grande preocupação com os problemas do nosso País, dizendo que se não forem tomadas medidas saneadoras, se a nossa política econômica não tomar uma diretriz, um caminho diferente, esse caos que hoje está norteando a vida dos brasileiros vai aumentar, vai gerar ainda mais violência, mais desemprego e mais empresas, principalmente as de pequeno porte, estarão fechando as suas portas.

Estamos preocupadíssimos! Se traçarmos um paralelo quanto à questão da violência no mundo, mais mortes hoje no Brasil estão acontecendo, seja por assassinato, por violência no trânsito ou de toda ordem, do que naquela guerra, sem explicação, na Iugoslávia, de origem étnica.

Então, pela política conduzida pelo atual Presidente, estamos, de fato, também vivendo uma guerra não declarada, uma guerra fria hoje no nosso País.

Isso tem que terminar! Nós temos que nos postar de forma veemente para que tenha outros rumos a condução da política econômica, que é a raiz desses males que estamos vivendo no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência gostaria de comunicar a justificativa de ausência dos Deputados Wilson Wan-Dall, Neodi Saretta, Luiz Herbst, Milton Sander e Sandro Tarzan.

De acordo com o inciso I do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovados nas Comissões Permanentes, e que não havendo recurso no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 025/99, de autoria do Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carlo; Projeto de Lei nº 027/97, de autoria do Deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Pedro, com sede na cidade de Guabiruba e foro na Comarca de Brusque; Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do Deputado Adelor Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Geórgia Paula, de Garuva.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 034/99, de procedência governamental, que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 041/99, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que estabelece norma para condução de animais de raça canina, cães de guarda em vias públicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 002/99, de autoria do Sr. Deputado Valmir Comin, que altera o art. 1º da Lei nº 9.938, de 9 de outubro de 1995.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. explicasse o que acabou de ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Deputado, este projeto altera o art. 1º, que diz o seguinte: "Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio Luzes do Amanhã - CALA - com sede na cidade de Cocal e foro na Comarca de Urussanga."

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa do Município de Serra Alta, parabenizando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Itapema, parabenizando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Epagri, manifestando profundo pesar pela perda do Sr. José Stedille.

Esta Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever, se o Deputado Joares Ponticelli permitir, este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com o consentimento do Deputado Joares Ponticelli, o Deputado Rogério Mendonça poderá subscrever o requerimento.

O Sr. Deputado Heitor Sché - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, gostaria de subscrever o requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com o consentimento do Deputado Joares Ponticelli, esta Presidência defere a solicitação.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande, cumprimentando-a pelo aniversário de emancipação política.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Leodegar Tiscoski, Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a estadualização da avenida Luiz Lazarim, trecho entre o trevo da SC-445 e o da SC-446.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem telegráfica à ilustríssima Sra. Alba Terezinha, digníssima Superintendente do INSS em Santa Catarina, pedindo providências no sentido de viabilizar a implantação de um posto de atendimento do INSS na cidade de Taibá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Secretário dos Transportes e Obras, convocando-o para comparecer na Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo desta Casa, para prestar esclarecimentos sobre a SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, pedindo a realização de uma sessão especial sobre o Dia do Trabalho no dia 28 de abril, tendo como tema o desemprego, causa maior do sofrimento e da angústia que se abatem sobre amplos setores da nossa sociedade.

Em discussão.

Com a palavra o Autor do requerimento, Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso requerimento visa comemorar no dia 28 o Dia do Trabalho, uma vez que esta Casa não poderia deixar passar *in albis* este dia.

Foi escolhida essa data pelas conquistas dos trabalhadores, pelas suas lutas, por trabalhadores que morreram em greves e que consolidaram os direitos trabalhistas do mundo.

Por isso, a Casa do Povo catarinense, o Parlamento catarinense não poderia deixar de se manifestar numa data tão importante para a nossa sociedade, que é composta, na sua maioria, de trabalhadores, sejam eles rurais ou urbanos.

Mas o dia 1º de maio deste ano será um dia em que nós iremos comemorar a falta de trabalho, o desemprego de muitos trabalhadores, que precisam e querem trabalhar para sustentar a sua família e, acima de tudo, ter a dignidade de dizer aos seus filhos que trabalham.

Por isso nós deveríamos, neste dia, estar todos aqui presentes para dar a nossa contribuição à sociedade e aos trabalhadores catarinenses.

Então, eu peço a todos os Deputados que se integrem conosco nesta força, neste dia, para que o Parlamento catarinense tenha eco na sociedade e nós não tenhamos que fechar novamente a BR-101, pois isso não é função do Deputado.

O Parlamento, a democracia representativa, deu uma demonstração lá, na quinta-feira passada, do seu enfraquecimento. Por isso nós, Deputados, precisamos estar unidos dentro de nossas Bancadas, dentro do Parlamento, recolhendo, recebendo o povo nesta Casa, como estão aqui os sem-terra.

Precisamos fortalecer o Parlamento para consolidar e garantir a democracia. Demonstrando sensibilidade em relação ao maior problema que aflige a nossa sociedade hoje, que é o desemprego, e com a realização de sessões, de ações concretas, iremos demonstrar que o Parlamento é importante, que ainda tem a sua necessidade, a não ser que existamos apenas para legitimar e fazer de conta que aprovamos leis e emendas constitucionais nesta Casa.

O Parlamento, a democracia representativa está em perigo, está ameaçada, mas o culpado de tudo isso, acho, somos nós mesmos que acabamos por enfraquecer a tribuna, enfraquecer a força do Parlamento.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que se façam presentes e que todas as Bancadas tomem posicionamentos e apresentem propostas para que encontremos soluções, apesar de sabermos que não vamos resolver todos os problemas, mas que todos apresentem propostas que se tornem realidade.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Gostaria de apartear-lo primeiro para externar a minha posição favorável em converter uma das sessões do Parlamento de Santa Catarina para uma sessão especial que vai debater com a classe trabalhadora do nosso Estado, creio por extensão do Brasil, ou melhor, do mundo, porque 1º de maio é um dia de meditação do trabalhador.

Nós, da esquerda brasileira, e da própria direita, temos que reavaliar esse mundo globalizado, esse mundo dos paradigmas sociais que vivemos, até pela revolução técnica e científica que tivemos nesta última década.

Quero dizer a V.Exa. que estou totalmente de acordo, e imagino que possamos fazer aqui uma sessão com representação tanto da classe econômica quanto da classe labor, como também do Poder Público, que tem a obrigação de implementar medidas concretas e a curto prazo, já que estamos vivendo uma situação de emergência, para que possamos encaminhar tratativas, soluções ou minimizações do problema grave e social que é a questão do desemprego.

Mas queria sugerir a V.Exa., que é Autor do requerimento, que fizéssemos essa sessão já como uma das ações da Comissão Especial que nós constituímos nesta Casa e que está discutindo a questão do desemprego, que deve ser instalada hoje ou amanhã.

V.Exa. levanta um tema que é atual, fundamental e nós não podemos passar à margem deste tema importante para a sociedade brasileira.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas, Srs. Deputados, gostaria que todas as Bancadas fizessem uma mobilização e que todos os Deputados trouxessem representantes de suas regiões, entidades, trabalhadores, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Inclusive, Deputada Ideli Salvatti, gostaria de trazer aqui servidores públicos estaduais, os funcionários do Besc, para ajudar na mobilização dos trabalhadores.

Então, que no dia 28 transformemos a sessão numa sessão de reflexão para poderemos chamar a atenção e poderemos contribuir de alguma forma com esse tema que envolve trabalhadores e toda a sociedade, pois as pequenas empresas podem gerar empregos e o Governo também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, eu gostaria de ter esclarecimentos a respeito de um ofício circular, datado do dia 13 de abril, mas protocolado no meu gabinete apenas no dia 14, às 17h, convidando para uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, na quinta-feira passada, dia 15, às 14h, no Plenário da Assembléia, com o propósito de discutir o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec.

Então, eu queria alguns esclarecimentos, porque se um ofício é protocolado no dia 14, às 17h, convidando para uma reunião no dia 15, às 14h, atender a esse convite fica impossível, porque na quinta-feira, como não há sessão no período da tarde, os Parlamentares, todos sabemos, fazem sua agenda externa. Assim sendo, quero saber por que este tipo de convite chegou tão em cima da hora nos gabinetes.

E não podendo alterar a minha agenda de quarta-feira no final da tarde para quinta-feira no início da tarde, mandei alguém da minha assessoria acompanhar a reunião, que ficou extremamente surpreso com a quantidade de Deputados do PPB e do PFL presentes no evento. Então, concluímos que ou estavam previamente avisados ou foram avisados de outra forma que não o aviso oficial da Casa.

Por isso peço esclarecimento à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Deputada Ideli Salvatti, solicitaremos à Mesa e à assessoria que busquem informações sobre o ocorrido. Inclusive, amanhã temos reunião da Mesa e poderemos trazer isso à discussão, e este Deputado também fez uma manifestação na própria quinta-feira à tarde sobre o referido evento.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini (Intervindo) - Eu só quero informar que o PFL xiita não estava presente. O PFL xiita não compareceu a esta reunião.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então eles selecionaram os pefelistas!

Sr. Presidente, o assunto é polêmico. Estava reunido aqui neste Plenário nada mais, nada menos do que o PIB catarinense: todo o empresário, o Governador, o Secretário de Desenvolvimento, o Vice-Governador, o Presidente do Besc. Portanto, não foi uma reunião de pequeno porte, foi uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Então, se é para Deputado participar de uma ou duas, ou nos convidem de uma forma que possamos efetivamente participar ou convidem todos os Partidos em forma de igualdade, porque esse é um assunto que eu gostaria muito de ter presente, até porque eu venho sendo, digamos, elogiada pela imprensa pelo fato de estar questionando a guerra fiscal, a renúncia fiscal, e o Prodec nada mais é do que um aprofundamento dessa questão.

Então, é um assunto que está na Ordem do Dia, do qual eu particularmente gostaria muito de ter participado. Ai, quem sabe o PIB catarinense, junto com o Governador, me convencesse de que é um grande negócio para Santa Catarina!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Só um esclarecimento: a nossa Bancada deveria estar toda presente, porque quanto mais Deputado presente em reunião dessa natureza, melhor. Mas como o PIB da nossa Bancada está concentrado nas mãos de dois

Deputados, Valmir Comin e Lício Silveira, só os dois estavam presentes. Os demais não têm PIB, nós temos BIP.

Mas eles representaram condignamente a nossa Bancada e, evidentemente, na reunião de hoje vão nos passar tudo aquilo que captaram e a contribuição que deram.

Então, a Deputada Ideli Salvatti pode ficar tranqüila, porque nós só temos dois Deputados com PIB. Os demais estão correndo atrás, mas vão chegar lá!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, até certo ponto, a Deputada Ideli Salvatti tem razão, porque tínhamos reunião das Comissões Permanentes, audiência pública da agricultura, audiência pública sobre o fumo. Então, é impossível participarmos de todas as reuniões que são marcadas para o mesmo período, é muito difícil os Deputados participarem de todas elas.

É importante que a própria Mesa verifique o que está acontecendo e que a sua assessoria notifique às partes interessadas das reuniões, para que sejam acertados horários em que todos os Parlamentares possam comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta Presidência esclarece, Deputado Reno Caramori, que tanto a audiência pública sobre o fumo quanto a audiência pública sobre a agricultura foram realizadas na quarta-feira, e esta reunião foi viabilizada na quinta-feira à tarde. Então, são dias diferentes. E na quinta-feira de manhã acabou não tendo sessão em função do falecimento de um ex-Deputado.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeitamente. Mas, nas quintas-feiras à tarde os Deputados estão seguindo para suas bases; também é um dia ruim.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, apenas para contribuir, já que sou o Terceiro Secretário da Mesa, quero dizer que o convite para a reunião, para o debate sobre o Prodec, já veio tarde do Palácio, das Secretarias.

Então, quando o Presidente Gilmar Knaesel recebeu o convite, imediatamente ele tomou a providência de comunicar os Deputados. Portanto, não foi culpa nem do Presidente nem dos membros da Mesa.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, gostaria de propor a V.Exa., como quarta-feira é feriado, de fazermos duas sessões amanhã, terça-feira, uma no período da manhã e outra à tarde, e folgaríamos na quinta-feira.

E como amanhã é dia de reunião das Comissões, poderíamos fazê-la durante o horário destinado às Breves Comunicações e aos Partidos Políticos, retornando para a Ordem do Dia.

Eu tenho que ir ao lançamento de um livro na minha terra, tenho outra solenidade no interior do Extremo Oeste, e se tiver que estar aqui na quinta-feira de manhã, sabendo que não vai ter matéria...

Então, poderíamos antecipar a reunião de quinta-feira para terça, no período da manhã, ressaltando o horário das Comissões, porque temos muitas matérias importantes, principalmente na Comissão de Finanças, para serem apreciadas.

Portanto, apelamos a V.Exa. que consulte os Líderes sobre anteciparmos a sessão de quinta-feira para amanhã de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Esta Presidência, acolhendo a sugestão do Deputado Onofre Santo Agostini, consulta os Líderes das diferentes Bancadas sobre o que foi proposto.

(Os Líderes acquiescem.)

Com a aquiescência dos Líderes, antecipamos a sessão ordinária de quinta-feira para amanhã, terça-feira, às 9h, sendo que abriremos e suspenderemos a sessão para as Comissões fazerem seus trabalhos, reabrindo-a na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este momento para convocar todos os membros da CPE que trata do assunto relacionado ao Besc para uma reunião amanhã, às 8h30min, na sala de reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ficam, portanto, convocados todos os membros da CPE do Besc para uma reunião amanhã, às 8h30min.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, gostaria de convocar, através de V.Exa., os membros da Comissão de Fiscalização para uma reunião ordinária, na sala das Comissões, após o término desta sessão plenária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ficam, portanto, convocados todos os membros da referida Comissão para uma reunião hoje, logo após o término da presente sessão.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes, objetivando a reabertura da balança do posto de pesagem de veículo na BR-101, Km-419, em Araranguá.

Em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Autor, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade, gostaríamos de ter aprovado este requerimento na sessão ordinária realizada na Ponte da Cabeçada.

É inaceitável que no Brasil seja gasto um volume extraordinário de recursos em balanças para controlar o peso de caminhões, para que a estrutura das estradas, das pontes tenha segurança, e depois essas balanças sejam fechadas sem explicação nenhuma.

Assim aconteceu em Pirabeiraba, em Itapema: investiram milhões e fecharam as balanças. A única balança que estava pesando era a de Araranguá, mas agora, por causa de R\$40.000,00/mês, fecharam-na. Evidentemente que em vez de os caminhões andarem com 29, 30 ou 32 toneladas - porque quem tem o caminhão trucado pode andar com 32 toneladas -, andam com 50, o que vai arrebentar as pontes, as estradas. E acho que é irresponsabilidade do Governo Federal gastar uma fortuna para ter uma estrutura e depois jogá-la fora.

Por isso, através deste requerimento, estamos pedindo que seja reaberta essa balança, que por duas vezes foi

fechada, sendo que na primeira vez conseguimos reverter a situação através desta Assembléia, também por requerimento. Então, estamos agora solicitando ao Ministro, ao Diretor-Geral do DNER que aquela balança volte a trabalhar, para que os caminhões andem com o peso adequado, preservando a estrutura das pontes, da BR-101 e das demais BRs deste País.

Então, o principal objetivo deste requerimento, Deputado Afonso Spaniol, é chamar atenção para que não se jogue dinheiro fora. E de quem é o dinheiro? É do povo! Por isso, queremos que essa balança volte a pesar, organizando todo o peso dos caminhões, para que tenhamos tranqüilidade, para que a estrutura da pavimentação asfáltica também agüente.

Sou da área do transporte, poderia ficar bem quietinho, porque agora tenho uma carreta e poderia andar com mais peso, mas não é isso que eu quero. Quero que a estrutura que só suporta 30 toneladas transite com 30 toneladas, e não com 50, como algumas carretas. É com esse princípio que estou pedindo a aprovação deste requerimento.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O SR. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Manoel Mota, é procedente a sua preocupação. As balanças devem ser reativadas, porque é notório que em todas as rodovias do Estado o asfalto está cedendo em muitos lugares devido ao excesso de peso.

Mas quero dizer, Deputado Manoel Mota, que, nesse pormenor, muita culpa têm os empresários, os caminhoneiros, os donos de caminhões e de carretas, posto que teriam que ter a consciência de preservar, de zelar pela coisa pública, pela preservação das estradas.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Isso é verdade, mas, como V.Exa. sabe, a questão do transporte está muito difícil e os caminhoneiros, nas dificuldades, levam uma carreta com quarenta toneladas quando teriam que levar duas carretas com vinte toneladas cada. Com isso, arrebentam as estradas!

Outra questão fundamental são os trinta empregos que foram desativados com o fechamento dessa balança. Quer dizer, são menos trinta empregos em Santa Catarina.

Por isso, pedimos a aprovação deste requerimento. E, com certeza, vamos trabalhar em cima desses dados para que a balança de Araranguá volte a pesar, dando, assim, tranqüilidade à estrutura da BR-101 e de todas as rodovias de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Geral do DNER, objetivando a reabertura da balança do posto de pesagem de veículo na BR-101, Km-419, em Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, que solicita a suspensão da sessão do dia 20 de abril, no período compreendido entre a leitura do expediente e o início do horário destinado aos Partidos Políticos, para que o Plenário possa receber e ouvir as manifestações das lideranças dos Movimentos de Pequenos Agricultores, das Mulheres Agricultoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reunidos em Florianópolis, a partir de hoje, 19 de abril, em atividade nacionalmente denominada Consulta Popular.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser encaminhada ao Governo do Estado e ao Secretário de Saúde, pedindo que envidem esforços no sentido de prover uma ambulância para o Município de Vargem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a implantação de um trevo rotatório na confluência da Rodovia Otávio Tabalipa com a Avenida Rigesa, no perímetro urbano da cidade de Três Barras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governo do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a mudança do trevo existente no entroncamento da BR-280 com a rodovia SC-303, implantando um sistema rotatório, no Município de Três Barras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Diretor-Presidente da Casan, solicitando que estude a possibilidade de viabilizar a implantação de rede de distribuição de água na localidade de Barra Grande, km-6, no Município de Três Barras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo que sejam atendidas as proposições e os pleitos da Associação dos Municípios de Entre-Rios (Amerios), contidas na denominada Carta de Saltinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Com a aquiescência do Autor, o Deputado Afonso Spaniol também subscreve a presente indicação.

Indicação de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando estudos e providências no sentido de anistiar camponeses atingidos pela estiagem, bem como os situados na região oeste do território catarinense, concernente ao ônus contraído junto ao Programa Troca-Troca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, solicitando, através da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina - Cidasc -, ação efetiva para coibir a entrada irregular da cebola oriunda da Argentina em nosso Estado.

Em discussão.

Com a palavra o Autor, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o objetivo desta indicação é exatamente coibir a entrada da cebola produzida na Argentina em nosso País, pelo Rio Grande do Sul e por Santa Catarina, através do Porto Seco de Dionísio Cerqueira.

A nossa safra de cebola está praticamente no final, mas provavelmente ainda temos 20% dessa safra. E existe um acordo internacional, o do Mercosul, que permite a importação de cebola e de outros produtos agrícolas pertencentes ao Mercosul. Mas o que está acontecendo é que essa cebola está entrando em território brasileiro sem a devida fiscalização, sem a devida classificação, inclusive contrariando a legislação que existe do Mercosul para Brasil/Argentina, que reza que a cebola argentina, para entrar em território brasileiro, deverá estar devidamente classificada.

E além de contrariar a lei, Srs. Deputados, essa cebola oriunda da Argentina vai para as regiões produtoras de Alfredo Wagner, de Ituporanga e de todo o Alto Vale de Itajaí, sendo lá classificada e limpa, com seus restos muitas vezes jogados nas lavouras da região, fazendo-nos correr o risco de ter doenças não existentes no Brasil, nas nossas terras, nas nossas lavouras de cebolas, caso a cebola argentina introduzida esteja infectada.

Portanto, Sr. Presidente, pedimos que haja uma fiscalização intensiva, e a Cidasc é responsável por essa fiscalização, com o Ministério da Agricultura, nas regiões fronteiriças.

Se a cebola tiver que entrar no Brasil, que entre de acordo com as normas de classificação estabelecidas pelo Ministério da Agricultura. Que não seja classificada e prepa-

rada na região produtora de Santa Catarina, porque, com isso, estará prejudicando os nossos produtores, que ainda têm cebola para comercializar. E quem sabe se, no futuro, isso não estará inviabilizando a produção de cebola no território nacional?

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Rogério Mendonça, quero cumprimentá-lo pela sua preocupação, e acho louvável essa iniciativa de coibir a importação de cebola da Argentina.

Saiu uma reportagem no Diário Catarinense dizendo que o incremento, que a produtividade de cebola aumentou substancialmente. Se não me falha a memória, de dez toneladas por hectare passou para...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Passou de 12 para 16 toneladas por hectare.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Significa, portanto, um incremento de quase 50% na produtividade. Então, estão de parabéns os produtores da sua região.

Gostaria apenas de deixar consignado esse fato, que saiu nos jornais dias atrás.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É verdade, Deputado Afonso Spaniol. É isso se deve muito ao agricultor, evidentemente, mas também às tecnologias geradas através da pesquisa pela Epagri, como também ao trabalho de extensão rural e de assistência técnica que os nossos técnicos levam aos produtores.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte ao Deputado Gelson Sorgato, ex-Secretário da Agricultura, que neste assunto tem uma vivência e um conhecimento muito grande. Lembro que V.Exa. tentou, na época, coibir a entrada da cebola argentina não classificada no Brasil.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Rogério Mendonça, gostaria de subscrever esta indicação, que é pertinente. E também estamos fazendo, via Comissão de Agricultura, visto que fomos procurados, o encaminhamento de um documento para coibir a entrada de cebola não classificada no Estado de Santa Catarina, o que prejudica os nossos produtores.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço, nobre Deputado!

Eram essas as colocações que tínhamos para fazer em relação à comercialização da cebola oriunda da Argentina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Secretário de Estado da Fazenda, pedindo a redução do preço da saca de pinhão de 50 quilos, pautada em R\$30,00 (trinta reais), para o valor de R\$15,00 (quinze reais), preço este cotado e praticado no nosso comércio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Cesar Souza, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando sua interveniência junto ao Besc, objetivando a concessão de empréstimos bancários às empresas atingidas pelas cheias ocorridas em dezembro de 1998 no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, pedindo o asfaltamento da estrada que liga a comunidade de Dalbérgia, no Município de Ibirama, até a Barragem Norte, no Município de José Boiteux.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a implantação de programa de desenvolvimento da família silvícola, sua cultura e auto-estima na área indígena de José Boiteux.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Autor, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de fazer referência sobre esta minha indicação, gostaria de fazer uma homenagem toda especial ao meu amigo Mário Serpa, Vice-Prefeito do Município de Porto Belo.

É com muito orgulho que o vejo assistindo a esta sessão. Mário Serpa foi um grande amigo do meu pai, Lauro Mendonça, grande liderança em Porto Belo, que tinha pretensão, na época, de concorrer a Prefeito naquele Município.

Sr. Presidente, apresentei duas indicações, uma com relação à implantação do programa de desenvolvimento silvícola, na região de José Boiteux, e outra referente ao asfaltamento do Município de Ibirama, comunidade de Dalbérgia, onde já existe asfalto até a Barragem Norte. Inclusive, essa indicação é feita num dia muito importante, porque hoje, 19 de abril, é o Dia do Índio, e no Alto Vale do Itajaí, no Município de José Boiteux, temos a Reserva Duque de Caxias, com 1.500 índios. E participando da vida dos índios desta reserva, temos presenciado o aspecto degradante, de miséria, de dificuldade que vivem.

O Brasil, quando do seu descobrimento, tinha cinco milhões de índios, número equivalente à população de Santa Catarina, Deputada Odete do Nascimento, que hoje tem 4,8 milhões de habitantes. Atualmente, estamos vendo essa população indígena-silvícola sendo reduzida, mas o que nos deixa realmente apavorado e preocupado é a condição, Deputado Jaime Duarte - V.Exa.

que foi Secretário da Justiça e, portanto, conviveu com este problema -, em que vivem os índios em todo o Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço essa referência à Reserva Duque de Caxias, que envolve os Municípios de José Boiteux e Victor Meirelles, porque quando foi construída a barragem naquela região, as melhores terras, que ficavam à beira do rio, terras férteis, agricultáveis, foram tomadas para este fim. E o que aconteceu com os índios, que tinham a sua principal atividade baseada na agricultura, uma agricultura pequena, rudimentar, é bem verdade, mas que lhes dava sustento e lhes proporciona um nível de vida razoável?

Foi lhes permitido, em primeiro lugar, explorar a floresta daquela região, só que, em vez disso, eles foram explorados pelos madeireiros, que se utilizaram dos índios para deprender aquela reserva florestal.

Hoje, não temos mais floresta, pois ela foi destruída. Tomaram as terras férteis dos índios para construir barragens, as quais, diga-se de passagem, não beneficiaram aquela região mas, sim, as regiões rio abaixo, como Blumenau, Indaial e até mesmo Rio do Sul. Na verdade, as barragens de Ituporanga, de Taió e de José Boiteux tiraram as áreas mais férteis desses Municípios, porém, com um propósito importante: impedir inundações nessas regiões. Contudo, hoje os indígenas estão numa situação muito difícil.

Com relação à saúde, quem presta assistência aos índios daquela região é o Município de José Boiteux, que já tem uma dificuldade muito grande para atender a sua própria população, mas que os atende com uma exigência muito grande.

Portanto, esta minha indicação é endereçada ao Governador no sentido de solicitar uma ligação asfáltica até José Boiteux, até a Reserva Duque de Caxias, para que, através do turismo (porque os índios e as barragens não deixam de ser uma atração), inclusive proporcionando que eles produzam artesanatos, os índios possam, quem sabe, sobreviver com mais dignidade, Deputado Jaime Duarte, que, tenho certeza, como ex-Secretário da Agricultura, viveu muito de perto essa situação.

Nós precisamos dar melhores condições para esses índios. E hoje, quando se comemora o Dia do Índio, faço uma referência toda especial aos índios do nosso Brasil, do nosso Estado, especialmente aos da nossa região, Deputado Nelson Goetten, o Alto Vale do Itajaí, região que V.Exa. também representa, sendo conhecedor, portanto, da situação.

As populações daquelas regiões nada ganharam com isso, como também não ganharam os índios, e quando vou visitar aquelas regiões e vejo a maneira como vivem aquelas crianças, aquelas mulheres, fico preocupado, Deputada Odete do Nascimento. Inclusive, V.Exa. tem uma ligação muito grande com essas áreas sociais, por verificar a maneira subumana em que vivem esses índios no Brasil, especialmente na reserva Duque de Caxias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador

do Estado de Santa Catarina, solicitando a elaboração de projeto e construção do anel viário asfaltado em Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando estudos por parte do órgão competente do Estado para aumentar a ajuda a deficientes para um salário mínimo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando providências da Secretaria dos Transportes e Obras para a construção de mais uma ponte sobre o Rio Itajaí, no Município de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário da Segurança Pública, solicitando a inclusão do Município de Maravilha no plano de construção de unidades policiais para o corrente exercício.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, nesta Capital, solicitando a criação de uma delegacia de polícia no Distrito de Ingleses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Desembargador João Martins, Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a inclusão do Município de Guaraciaba no plano de novas comarcas do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras, solicitando a realização de obra asfáltica ligando a sede do Município de Guaraciaba a Barra Bonita.

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando a liberação dos recursos do Convênio nº 10378/1998-0, firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a interveniência do Badesc, e a cidade de Guaraciaba, com o objetivo de credenciar o Município para contratar financiamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Diretor-Presidente do Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Badesc, solicitando a liberação dos recursos do Convênio nº 10378/98-0, firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a interveniência do Badesc, e a cidade de Guaraciaba, com o objetivo de credenciar o Município para contratar financiamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando liberação do saldo de recursos previstos no Convênio nº 8.414/199.0, e seus vários aditivos, firmado entre o Governo do Estado e a municipalidade de Guaraciaba, objetivando a pavimentação asfáltica da Rua do Comércio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Indicação de autoria do Deputado João Rosa, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, reivindicando medidas para promover campanha de doação dos kits de primeiros-socorros às unidades de saúde do Estado.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Rosa - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Autor, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ROSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o povo brasileiro, mais precisamente o motorista brasileiro, passou por um momento difícil recentemente quando teve que, às pressas, numa corrida quase insana, comprar o famigerado kit de primeiros-socorros.

Motoristas que estavam sem esse kit foram multados de forma acintosa, e o assunto virou polêmica na televisão, na rádio, nos jornais, pois profissionais da área se manifestaram dizendo que essa obrigatoriedade do Contran era absolutamente desnecessária e inaplicável no momento de um acidente.

O Contran e o próprio Congresso Nacional entenderam que se deveria ouvir quem realmente entendia do assunto e, numa decisão justa, madura, inteligente, consideraram não mais obrigatório o uso desse famigerado kit de primeiros-socorros. Portanto, os milhares e milhares de estojos que foram comercializados ficaram imprestáveis, sem utilidade nos veículos.

Assim sendo, entendo que, através da Secretaria da Saúde do Estado, poderia haver uma campanha de doação desses kits, os quais seriam oferecidos a hospitais, a pessoas carentes, a asilos, numa demonstração de que nós estamos preocupados com as pessoas mais necessitadas.

Tenho certeza de que os componentes do kit, em algum momento, ajudarão alguém, por isso proponho esta campanha, esperando que o Estado seja sensível e aceite essa nossa proposta. Que arrecade o máximo possível desses kits e entregue-os a hospitais, a casas de saúde, a postos de saúde, a Prefeituras. Ai, sim, nós daremos um destino a esses kits que atenda realmente a necessidade do povo catarinense mais carente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de informação de autoria do Deputado Heitor Sché, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando informações sobre os Decretos Legislativos nºs 18.121 e 18.122/99.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando que seja remetido ao Poder Legislativo o demonstrativo do efeito de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas para o exercício de 1999.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado ao Secretário da Saúde, solicitando a relação do número de internamentos no hospital da Fundação Médico-Assistencial ao Trabalhador Rural e no Hospital-Maternidade São Lourenço, em São Lourenço do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser enviado ao Presidente da Celesc, solicitando o total de investimentos na construção da hidrelétrica de Cubatão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando o débito da Celesc para com os Municípios de Santa Catarina relativo à cobrança do imposto sobre serviços.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do professor José Tafner, Presidente da Acelvi, e dos alunos Valdemir, Fabiano e Claudinei, que aqui vieram pedir para que os Deputados também incluam as universidades particulares na questão do art. 170.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Jaime Duarte.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna para discorrer um pouco sobre a questão agrária em Santa Catarina e, no limite do meu conhecimento, no País.

Passando hoje pela praça em frente à Assembléia Legislativa, visualizei uma das marcas atuais do trabalhador sem terra deste País, que é a manifestação pública para chamar a atenção sobre um problema crucial e de muita relevância para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Apesar de os esforços (e é bom se reconhecer isso) do Governo Fernando Henrique Cardoso em implementar a reforma agrária em nosso País, sem dúvida nenhuma esses esforços são muito tênues. Mais do que distribuir a terra neste País, é preciso implementar uma política agrária de apoio ao assentado, para que ele permaneça no campo.

Experiências que se vê no Brasil, como os condomínios do Brás, no Paraná, são propostas que, na avaliação deste Deputado, deveriam ser melhor estudadas e possivelmente ampliadas para todo o País, pela fase em que nos encontramos, pois o nosso PIB continua estacionário, a população economicamente ativa continua em fase progressiva e o desemprego é galopante. Apenas para exemplificar, em oito anos, nós tivemos em Santa Catarina um decréscimo no emprego formal de mais de 102 mil vagas, o que significa dizer que precisamos ampliar os empregos na área rural.

Então, eu gostaria de demonstrar que, primeiramente, é necessário implementar a reforma agrária em nosso País, que tem uma condição muito grande de ampliar sua fronteira agrícola. Em segundo lugar, é uma questão de justiça o Governo Federal encarar de frente esse problema, com a ajuda, evidentemente, dos Estados brasileiros, especialmente no apoio ao

assentado, porque, como se observa em muitos assentamentos, mesmo depois de concedida a partilha da terra, de concedido o terreno, o agricultor não permanece no campo.

No ano que vem vamos ter que comemorar, ou pelo menos discutir, os 500 anos da nossa história, e desde a época do descobrimento nunca se fez uma reforma agrária condizente, séria, neste País. A primeira reforma agrária deveria ter sido feita em relação à comunidade indígena, a exemplo do que se fez nos Estados Unidos. Já que a intenção era socializar o índio, dever-se-ia então dar terra ao índio, e não deixá-lo à mingua, à beira das estradas, sem perspectiva nenhuma de futuro.

Há pouco, o Deputado Rogério Mendonça fez uma alusão ao Dia do Índio, e na verdade, o que temos é uma comunidade mal-trapilha, totalmente marginalizada, sem perspectiva alguma, vivendo à margem das rodovias, vendendo artesanato, com problemas de saúde sérios, e o Poder Público fazendo muito pouco com relação à comunidade indígena, que mere-

ceria, no curso da história, a primeira reforma agrária efetiva.

Depois vem a questão da escravatura. Aboliu-se a escravatura e jogou-se a comunidade negra para as favelas, para os morros, para a margem dos rios e das cidades. Começou, então, o processo de favelização no nosso País.

De forma que a questão agrária, infelizmente, nunca foi bem tratada. Deveria ser tratada como um problema social e não como um problema policial, o que acontece muitas vezes.

Então, eu gostaria de deixar aqui o meu registro de solidariedade, bem como o do PPS, que tem uma marca na luta pelas questões sociais deste País, defendendo a reforma agrária como uma alternativa social de geração de emprego, e mais do que isso, como uma alternativa humanista no tratamento a tantos marginalizados que vagam sem endereços decentes neste País.

Portanto, que se faça reforma agrária. Essa é uma questão de justiça, uma questão de necessidade, uma questão de viabilidade econômica para o nosso País.

Com essa manifestação dos sem-terra em frente a este Poder e em frente ao Palácio do Governo, fica o alerta físico sobre a importância de se encarar esse problema de frente e viabilizar a reforma agrária de uma vez por todas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da sessão de amanhã, às 9h: requerimentos de autoria dos Deputados Onofre Santo Agostini, Nelson Goetten e Ideli Salvatti; pedidos de informação de autoria dos Deputados Pedro Uczai e Ideli Salvatti; e votação do requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai e outros.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 20 DE ABRIL DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Altair Guidi - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Joares Ponticelli - Lício Silveira - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Onofre Santo Agostini, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO *AD HOC* (Deputado Onofre Santo Agostini) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

048/99, solicitando licença para ausentar-se do País no período compreendido entre os dias 30 de abril a 07 de maio do corrente ano, com destino à Alemanha;

049/99, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde;

050/99, encaminhando projeto de lei que altera dispositivo da Lei n.º 5.455, de 29 de junho de 1978, com a redação dada pela Lei n.º 10.187, de 17 de junho de 1996, que autoriza a criação do Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do Sistema Penitenciário, e dá outras providências;

051/99, encaminhando projeto de lei, que altera o art. 1.º da Lei n.º 10.360, de 10 de janeiro de 1997.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que veda a prática do trote à calouros nas instituições de ensino do Estado de Santa Catarina.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência gostaria de comunicar que, tendo em vista as Comissões da Casa estarem reunidas, discutindo assuntos e ultimando matérias para virem a este Plenário, e também estar ocorrendo a reunião da Mesa Diretora, nós suspenderemos a presente sessão até as 11h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Não havendo *quorum*, as matérias constantes da pauta serão incluídas para a sessão da tarde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão.

Além dos requerimentos já constantes da pauta, incluímos os requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Volnei Morastoni, a ser enviado ao Governador do Estado, pedindo o cumprimento da Lei n.º 10.759/98, e Valmir Comin, a ser enviado ao Secretário da Justiça, pedindo a construção de uma penitenciária na região carbonífera.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos dos arts. 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição do Estado, e art. 115, inciso IX, do Regimento Interno, e eu, Deputado Gilmar Knaesel, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 18.124, de 1999

Autoriza licença ao Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1.º Fica autorizada licença ao Senhor Governador do Estado para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 30 de abril a 10 de maio do corrente ano, com destino à

Alemanha, para, a convite e as expensas da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA, tomar parte de comitiva formada por prefeitos de capitais e de grandes cidades brasileiras, os quais participarão de visitas técnicas relacionadas ao "destino final de lixo", bem como para conhecer a IFAT/99 - Feira Internacional de Tecnologia Ambiental da Alemanha, realizada em Munique.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 28 de abril de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1.º Secretário

Deputado Romildo Titon - 2.º Secretário

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 030/99**

REFERENTE: 5º Termo rratificação e aditamento ao Contrato PF nº 19/95.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Xerox do Brasil Ltda.

SUCESSORA: Xerox Comércio e Indústria Ltda.

OBJETO: Este termo tem por finalidade rratificar e aditar o Contrato PF nº 19/95, celebrado em 10 de março de 1995, para:

1. com fundamento no art. 229, § 1º, primeira parte, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a empresa XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., na qualidade de sucessora da empresa XEROX DO BRASIL LTDA., desde 01/02/99, conforme 57ª Alteração do Contrato Social da Xerox do Brasil Ltda. e 3ª Alteração do Contrato Social da Xerox Indústria e Comércio Ltda., registradas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob os nºs 990050653 e 990053865, respectivamente, assumir a condição de CONTRATADA, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações previstos no contrato original e alterações posteriores;
2. com fundamento no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no item 6.2 do Edital TP nº 02/95:
 - 2.1. substituir o conjunto de equipamentos locado, constituído de: 3 (três) equipamentos modelo X 5365; 2 (dois) modelo X 5334; 1 (um) modelo X 5021 e 1 (um) modelo X 5416 por 3 (três) equipamentos modelo D265 e 4 (quatro) equipamentos modelo D230, estes últimos com placa de conectividade;
 - 2.2. reduzir o valor contratual de R\$ 14.804,87 (quatorze mil, oitocentos e quatro reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 11.810,00 (onze mil, oitocentos e dez reais) mensais.
 - 2.3. reduzir o valor do milheiro excedente para R\$ 50,00;
 - 2.4. aumentar a franquia de 170.000 para 188.000 cópias.

Signatários:

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Contratada.

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Sucessora.

Florianópolis, 28 de abril de 1999

*** X X X ***

EXTRATO Nº 031/99

REFERENTE: 7º Termo rratificação ao Contrato PF nº 04/96.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Xerox do Brasil Ltda.

SUCESSORA: Xerox Comércio e Indústria Ltda.

OBJETO: Com fundamento no art. 229, §1º, primeira parte, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é rratificado o Contrato PF nº 04/96, celebrado em 29 de fevereiro de 1996, assume a empresa XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - na qualidade de sucessora da empresa XEROX DO BRASIL LTDA., desde 01/02/99, conforme 57ª Alteração do Contrato Social da Xerox do Brasil Ltda. e 3ª Alteração do Contrato Social da Xerox Indústria e Comércio Ltda., registradas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob os nºs 990050653 e 990053865, respectivamente -, a condição de CONTRATADA, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações previstos no contrato original e alterações posteriores.

Signatários:

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Contratada.

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Sucessora.

Florianópolis, 28 de abril de 1999

*** X X X ***

EXTRATO Nº 032/99

REFERENTE: 1º Termo rratificação ao Contrato PF nº 09/98.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Xerox do Brasil Ltda.

SUCESSORA: Xerox Comércio e Indústria Ltda.

OBJETO: Com fundamento no art. 229, §1º, primeira parte, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é rratificado o Contrato nº 09/98, celebrado em 30 de junho de 1998, assume a empresa XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - na qualidade de sucessora

da empresa XEROX DO BRASIL LTDA., desde 01/02/99, conforme 57ª Alteração do Contrato Social da Xerox do Brasil Ltda. e 3ª Alteração do Contrato Social da Xerox Indústria e Comércio Ltda., registradas na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob os nºs 990050653 e 990053865, respectivamente -, a condição de CONTRATADA, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações previstos no contrato original e alterações posteriores.

Signatários:

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Contratada.

Nivaldo Gonsalves das Neves - Gerente da Filial de Florianópolis da Sucessora.

Florianópolis, 28 de abril de 1999

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 074/99**

Veda o cultivo comercial de organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º - É vedado o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei considera-se a definição de OGM expressa no artigo 3º e 4º da Lei Federal 8.974 de 5 de janeiro de 1995.

Art. 2º - É vedada a comercialização de produtos que contêm em sua composição substância provenientes de organismos geneticamente modificados que tenham como finalidade a alimentação humana ou animal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões em 27 de abril de 1999.

Deputado NEODI SARETTA

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/99

JUSTIFICATIVA

Em data de 29/03/99 protocolizamos nesta Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 39/99 que dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades nas áreas de Biotecnologia e Engenharia Genética. Desta feita ingressamos com o presente Projeto de Lei, o qual pretende dispor sobre a vedação do cultivo comercial de OGMs - Organismos Geneticamente Modificados e dar outras providências.

Os debates que temos participado, bem como o avanço das discussões envolvendo os OGMs nos dão a certeza de que para a defesa dos cidadãos de nosso estado, consumidores e agricultores, aprovar o presente projeto é uma necessidade inadiável.

A imprensa tem noticiado de maneira farta as restrições que os consumidores, especialmente os europeus, têm aos produtos modificados geneticamente. Recentemente a própria CTNBio mandou destruir uma lavoura experimental de arroz transgênico no Rio Grande do Sul.

Em data de 17.04.99 a agência estado noticiou o seguinte: "LONDRES - A pressão do consumidor europeu contra a presença dos alimentos transgênicos nas prateleiras dos supermercados pode beneficiar o Brasil. Na tentativa de atender às exigências de um público que não quer ter à mesa produtos geneticamente modificados, representantes de um grupo formado por dez grandes varejistas europeus iniciam hoje uma visita pelo País, para verificar se os produtos brasileiros têm condições de oferecer alimentos não-transgênicos aos consumidores europeus". Mais adiante a reportagem complementa dizendo que como o Brasil é o 2º maior produtos mundial de soja e ainda não produz soja transgênica comercialmente, o grupo espera convencer agricultores, por meio de seu poder de compra, a não plantar alimentos geneticamente modificados.

Cabe ainda esclarecer que seria irresponsabilidade permitir o cultivo comercial de produtos que, no mínimo, necessitam melhores esclarecimentos, como por exemplo, a informação de que uma experiência feita com castanha-do-pará produziu um alérgico muito potente e que a medicina não saberia como combatê-lo. Ou ainda, as informações científicas que dão conta de que os ecossistemas alterados por essas plantas transgênicas modificadas acabam sendo submetidos a um processo de esterilização de algumas espécies que são consideradas ervas daninhas, sobre as quais não temos nenhum tipo de controle.

Por fim, ao estabelecer a proibição da comercialização de produtos que tenham finalidade "a alimentação humana ou animal", objetivamos não criar óbice aos remédios para tratamento de doenças, como câncer, AIDS, etc, inclusive a insulina.

Assim, resumidamente, poderíamos citar em defesa de nossa posição três motivos básicos: Defesa dos produtos catarinenses, especialmente os destinados à exportação, com destaque para os suínos e aves; defesa dos consumidores contra alimentos modificados geneticamente cujas conseqüências são inestimáveis; e defesa da agricultura familiar, contra o monopólio das grandes empresas, inclusive o pior de todos os monopólios, o da pesquisa.

Por esta justificativa conclamo o apoio para a aprovação da presente matéria, estando o projeto aberto para ser melhorado, através do fruto dos debates e, especialmente, de outros conhecimentos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 075/99

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Rio Tigre.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE RIO TIGRE", com sede e foro na Comunidade de Nossa Senhora do Rosário Rio Tigre, município de Videira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1999.

Deputado AFONSO SPANIOL

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/99

JUSTIFICATIVA

A "Associação de Moradores da Comunidade de Rio Tigre" é uma entidade que presta importantes serviços comunitários, cujas ações efetivadas têm o caráter de utilidade pública. Congrega os moradores em torno de questões comuns e tem envolvimento de formação cultural, social e recreativa. Para se habilitar com os benefícios legais, estamos propondo a Declaração Estadual de Utilidade Pública da "Associação de Moradores da Comunidade de Rio Tigre". Para a transformação deste Projeto em Lei, solicitamos o aval de todos os Senhores Deputados,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 076/99

Declara de Utilidade Pública a APAE do município de Itapoá.

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapoá e foro na Comarca de Joinville.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1999.

Deputado RENO CARAMORI

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/99

JUSTIFICATIVA

A APAE de Itapoá, uma entidade que presta seus serviços à pessoas deficientes físico e mental, o que a forma de reconhecimento e notória participação no interesse público.

Os estatutos da instituição estabelecem que a APAE é uma entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos.

Fundada em 08 de outubro de 1997 a atuação durante o período anterior, recebeu total apoio da sociedade civil de Itapoá.

Por entender, ser de real interesse público é que submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/99

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992.

Art. 1º A Ementa da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a concessão de licença especial a servidores públicos civis e militares para o exercício de cargo de direção ou representação em entidades representativas da categoria e dá outras providências."

Art. 2º O art. 1º da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ao servidor público estadual civil e militar ocupante de cargo efetivo, quando eleito para cargo de direção junto as entidades representativas da categoria, é facultada licença especial com remuneração integral e sem prejuízo da sua situação funcional."

Art. 3º O art. 3º da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Havendo unificação de entidades representativas serão mantidas até o término daquele mandato, as licenças já concedidas, resguardando o limite previsto no artigo anterior."

Art. 4º O art. 5º da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O dirigente ou representante de entidade representativa da categoria que, por renúncia ou qualquer outra forma, se desvincular das funções exercidas, deverá imediatamente reassumir o exercício do seu cargo sob pena de incorrer nas sanções previstas no inciso II, itens 2 e 3, do artigo 137, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985."

Art. 5º O art. 6º da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A comunicação de licença especial de que trata esta Lei Complementar será dirigida à Secretaria de Estado da Justiça e Administração, que comunicará à Secretaria ou ao órgão ao qual o servidor estiver vinculado."

§ 1º - O requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - estatuto da entidade representativa devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;

II - ata da posse e eleição dos dirigentes da entidade representativa;

III - relação nominal dos filiados e respectivas matrículas.

§ 2º - A Administração Pública terá 15 (quinze) dias para encaminhar, à Secretaria ou órgão ao qual o servidor estiver vinculado, a competente comunicação de concessão da licença de que trata esta Lei."

Art. 6º O art. 7º da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os representantes da entidade representativa da categoria específica, mediante prévia comunicação às chefias ou gerências respectivas com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, poderão ter acesso aos locais de trabalho dos servidores representados, para convocá-los a comparecer à reunião para tratar de assuntos de interesse da categoria, a realizar-se no local, em ambiente determinado pelas autoridades acima mencionadas, fora do horário de expediente do respectivo órgão público."

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jaime Mantelli

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/99

JUSTIFICATIVA

Com fundamento no art. 50 da Constituição Estadual, submeto a Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei Complementar que pugna por alterar dispositivos da Lei Complementar nº 58, de 30 de julho de 1992, que dispõe a respeito da concessão de licença especial a servidores públicos, para o exercício de mandato sindical.

A indigitada Lei carece de alterações que a torne, positivamente, consentânea com os mais elementares princípios democráticos, merecendo destaque a equivocada exigência, "sine qua non", de expressa autorização do órgão a que está vinculado o servidor para concessão da referida licença.

Diz a Constituição Federal:

"Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; ..."

Assim, todas as normas que criem exigências para reconhecimento ou funcionamento de associações ou sindicatos estão revogados tacitamente.

A proposta pretende, ainda, propiciar também ao servidor público militar o benefício da licença especial para desempenho de funções de direção ou representação em atividades da categoria.

Ponto finalizando, o projeto, conforme exalçado, colima por fortalecer, sem distinção, o conjunto dos trabalhadores do serviço público, proporcionando-lhes melhores condições para defesa de seus interesses comuns.

Entendendo plenamente justificada a presente proposta, insto a Vossas Excelências pela sua aprovação.

*** X X X ***